



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

RAÍLSON CEZAR COSTA DE OLIVEIRA JÚNIOR

**ESCRAVIDÃO E SOCIEDADE NA JACOBINA OITOCENTISTA (1815-
1821)**

JACOBINA-BA

2024

RAÍLSON CEZAR COSTA DE OLIVEIRA JUNIOR

**ESCRAVIDÃO E SOCIEDADE NA JACOBINA OITOCENTISTA (1815-
1821)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, curso de Licenciatura em História, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Cândido Eugênio Domingues de Souza

**JACOBINA-BA
2024**

RAÍLSON CEZAR COSTA DE OLIVEIRA JUNIOR

ESCRAVIDÃO E SOCIEDADE NA JACOBINA OITOCENTISTA (1815-1821)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, curso de Licenciatura em História, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado em História.

Banca Examinadora

Cândido Eugênio Domingues de Souza – UNEB – DCH-IV
Orientador

Jackson André da Silva Ferreira – UNEB – DCH-IV

Carlos Francisco da Silva Jr. – UEFS



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 17 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte quatro, às 19 horas, na sala 9 do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, situado à rua J.J. Seabra, cento e cinquenta e oito, nesta cidade de Jacobina, reuniram-se os Docentes *Dr. Cândido Eugênio Domingues de Souza* (Orientador), *Dr. Carlos Francisco da Silva Júnior* (examinador) e *Dr. Jackson André da Silva Ferreira* (examinador), para compor a Banca de Defesa Pública do discente **RAÍLSON CÉZAR COSTA DE OLIVEIRA JÚNIOR**, tendo como título da Monografia "Escravidão e Sociedade na Jacobina Oitocentista (1815-1821)".

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado **aprovado**, com nota **8,50 (oito inteiros e cinquenta centésimos)**. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 21:35, e eu, Cândido Eugênio Domingues de Souza (Professor Orientador), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Observações: o discente deverá realizar as adequações ortográficas e de normatização da ABNT para a versão final.

Banca Examinadora:

Profa. Dr. Cândido Eugênio Domingues de Souza - Orientador (UNEB)

Prof. Dr. Carlos Francisco da Silva Júnior - Examinador (UEFS)

Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira - Examinador (UNEB)



Documento assinado eletronicamente por **Cândido Eugênio Domingues de Souza**, Professor, em 17/12/2024, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Francisco da Silva Junior**, Professor (a) Assistente, em 18/12/2024, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jackson André da Silva Ferreira**, Professor, em 18/12/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00104723339** e o código CRC **F4B7F137**.

Agradecimentos...

A construção desse trabalho foi árdua e contou com a colaboração, de inúmeras formas, de amigos, colegas, professores, familiares e instituições.

Sair de uma cidade para outra com o objetivo de fazer uma graduação foi uma escolha e decisão difíceis, em um contexto marcado por greves, pandemias, crise política e econômica, em um cenário turbulento. Dessa forma, essa trajetória percorrida entre 2019 e 2024 me trouxe ganhos e perdas, dias de choro e de riso..., mas, eu faria tudo novamente caso me fosse perguntado.

Assim, agradeço:

Ao Programa de Iniciação Científica (PICIN-UNEB), pelo financiamento, que além de contribuir para a minha estadia em Jacobina, a oportunidade de pesquisar foi muito significativa para a minha formação profissional.

Aos historiadores Carlos Francisco da Silva Júnior e Jackson André da Silva Ferreira, por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho. É um privilégio contar com a valiosa participação de tão estimados profissionais.

Ao professor Jackson Ferreira agradeço também a disponibilização das fontes que deram origem ao trabalho, além das muitas contribuições que foram dadas em diversos momentos desde o surgimento da pesquisa.

Gostaria de agradecer à professora Elisângela Ferreira, que, durante a graduação, esteve presente tanto nas salas de aula quanto nos corredores, sempre disposta a me ouvir e oferecer apoio. Agradeço também pela disponibilidade em compartilhar fontes que complementaram este trabalho. Seus comentários, as sugestões de métodos e as indicações de leituras foram fundamentais, trazendo lições enriquecedoras e construtivas que impactaram minha vida pessoal e profissional.

Ao professor Valter de Oliveira, pela disponibilidade de um texto que ampliou os meus horizontes sobre o desenvolvimento histórico de Jacobina.

Aos professores do Campus IV, de modo geral, pela excelência de ensino. E em especial, Lineker Noberto, Maria Sandra da Gama, José Carlos, Héliida Conceição, Marcos Gonçalves, Ricardo Batista e Maria Aurélia Sarmiento.

Ao professor Lineker Noberto, agradeço também por aceitar a proposta e coordenar o Grupo de Estudos e Orientação sobre a Ditadura no Brasil (GEOD). E aos

colegas que se juntaram ao debate, em especial Hortência Lima, Pablo Pessoa e Natália Lima.

Natália Lima é tão especial que merece um comentário à parte. Nossa amizade começa lá no final do primeiro semestre a partir de interesses em comum: o livro *As veias abertas da América Latina*. Desde então, só se intensificou e vivemos várias experiências juntos: foi minha dupla de apresentações, de estágio, de debates, de apoio em meios às inseguranças do viver, além de confidente e companheira de copo. Valeu Nat, tamo junto!

A Heloísa Barbosa, querida Helô, uma pessoa muito especial, que me inspirou e continua a me inspirar enquanto pessoa e profissional, agradeço imensamente por todo o carinho e apoio nesses últimos anos, além dos ótimos momentos que jamais esquecerei.

A Douglas Oliveira, meu amigo e conterrâneo, que me apresentou Jacobina e me estimulou a fazer o vestibular. Aos companheiros Francisco Tanilson, Marlos Santos, Arthur Mota, Alisson Dourado, pela agradável amizade e pelas boas conversas que partilhamos na Uneb e nas mesas dos bares de Jacobina. Momentos assim fizeram com que eu não me sentisse tão só, tão perdido. Muitas vezes rimos da própria *desgraceza*.

Aos *Filhos de Raimundo Carneiro*, em especial Roberto Costa, Ronivon Costa, Marivone e Rute Costa, que aquém e além-mar me deram apoio moral e financeiro para que concluísse o curso.

A minha querida e amada mãe, Maria Marta Carneiro Alves, que fez incontáveis sacrifícios para que eu pudesse viver, ao menos relativamente confortável, em Jacobina. Ao meu velho pai, de quem carrego o nome, agradeço o apoio, por vezes silencioso, que eu sempre entendi.

Orientador, aquele que indica as direções. Foi o que fez o meu, mas não só as direções do mundo acadêmico. Nesses últimos anos, me deu lições para vida de modo geral. Portanto, agradeço imensamente a orientação sempre crítica e atenciosa do professor Cândido Eugênio Domingues de Souza, por quem tenho respeito e admiração. Obrigado por ter me escolhido e confiado em mim. Com Bloch, aprendi teoricamente sobre o ofício do historiador. Cândido me ensinou na prática.

Agradeço a Gian Carlo de Melo Silva pelas indicações de leitura, bem como pelas críticas feitas à parte inicial da pesquisa apresentada durante a Semana de História da UFAL, em 2023.

E a todos que, diretamente ou indiretamente estiveram envolvidos, meu muito obrigado! Se esqueci de alguém, relevem... Foram dias difíceis.

IMAGENS

Imagem 1: Território do município de Jacobina em meados do século XVIII	08
Imagem 2: Território do município de Jacobina em 1827	09

TABELAS

Tabela 1: Batizados na Freguesia de Santo Antônio de Jacobina (1815-1821)	20
Tabela 2: Sexo e cor/etnia dos batizados na Freguesia de Santo Antônio da Jacobina, 1815-1821	28
Tabela 3: Filiação dos batizados em Jacobina (1815-1821)	35
Tabela 4: Condição jurídica dos padrinhos e madrinhas dos escravos batizados em Jacobina (1815-1821)	38

QUADROS

Quadro 1: Vila, freguesia e distritos de Jacobina	10
Quadro 2: Escravos do Capitão-mor Antônio Lopes Cesar nos assentos de batismo entre 1815 e 1821	23
Quadro 2 – Escravos arrolados no inventário de João Sahagem de Miranda, 1828	24
Quadro 3: Relação da presença de Vicência Maria nos livros de batismo entre 1816 e 1821	26
Quadro 4: Casos de liberdade nos assentos de batismo, 1815-1821	45

GRÁFICOS

Gráfico 1: Origem dos escravos batizados entre 1815-1821	30
Gráfico 2: Distribuição espacial dos escravos batizados na Freguesia de Santo Antônio da Jacobina (1815-1821)	43

ABREVIATURAS

Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina (AIMSAJ).

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Ao meu avô, Raimundo Carneiro de Oliveira (*In memoriam*), pela minha ausência.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo I – Apresentando o espaço: notas sobre Jacobina	07
1.1 Geografia	
1.2 Economia	
Capítulo II – A escravidão e a sociedade na última década da colônia	16
2.1 Considerações de caráter teórico-metodológico	
2.2 Escravidão e sociedade: demografia e características gerais	
2.3 Escravistas e escravos: alguns perfis	
2.4 mestiçagem, criouliização e reprodução natural	
Capítulo III – Uma Jacobina escravista através de registros paroquiais	34
3.1 Fragmentos da família escrava	
3.2 Compadrio, o parentesco ritual	
3.3 Geografia da escravidão	
3.4 O sacramento e a liberdade: as alforrias na pia	
Considerações finais	49
Referências	50

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2022 e 2024. O objetivo foi analisar, por meio dos registros de batismos, a composição demográfica dos escravos dentro do contingente populacional geral de batizados na Freguesia de Santo Antônio de Jacobina, no período de 1815 a 1821. Além disso, a pesquisa aborda as classificações de cor e etnia, a distribuição espacial dos cativos, os perfis de alguns senhores de escravos, além das relações de compadrio e as alforrias na pia batismal.

ABSTRACT

This work is the result of a scientific initiation research conducted between 2022 and 2024. The aim was to analyze, through baptism records, the demographic composition of slaves within the general population of baptized individuals in the Parish of Santo Antônio de Jacobina, between 1815 and 1821. Furthermore, the research addresses the classifications of color and ethnicity, the spatial distribution of the captives, the profiles of some slave owners, as well as the relationships of *compadrio* and the manumissions at the baptismal font.

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta ao leitor é o resultado de uma pesquisa desenvolvida entre 2022 e 2024, que contou com o apoio financeiro do Programa de Iniciação Científica da UNEB.

O espaço estudado é a Freguesia de Santo Antônio de Jacobina, localizada no centro-norte da Bahia. No período analisado, sua abrangência territorial era consideravelmente maior do que a do atual município de Jacobina, englobando uma vasta região que foi posteriormente desmembrada. O recorte temporal: os últimos anos do período colonial, mais especificamente entre 1815 e 1821.¹ O tema do estudo: a população livre e escrava, características gerais e os vínculos estabelecidos entre os diferentes sujeitos históricos. As fontes que compõe este trabalho tratam-se, em sua maioria, de fontes seriais: assentos de batismo pertencentes ao Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina.

A metodologia utilizada combinou abordagens quantitativas e qualitativas. Foi empreendido um esforço de leitura documental e a construção de um banco de dados na plataforma *Access* com informações referentes à população jacobinense oitocentista. Os assentos de batismo eram redigidos seguindo as determinações das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

Aos tantos de tal mez, e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta ou em tal Igreja, a N. fi lho de N. e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Oleos: fo rão padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores em tal parte.²

¹ Embora o Brasil tenha sido elevado a Reino Unido em 1815, considera-se aqui o recorte como sendo ainda colonial, alinhando-se à perspectiva de Luís Henrique Dias Tavares, que explica: “Com a nova situação, o Brasil passou a ser governado do Rio de Janeiro”, sendo essa a única diferença significativa. Cf. TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP, 2019, p. 222.

² VIDE, Sebastião Monteiro de. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707**. Ed. Fac-símile, São Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1853. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1707], p. 29. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>.

Dessa forma, os assentos da Igreja Matriz de Jacobina continham vários elementos importantes para a análise da escravidão, em especial os nomes das pessoas envolvidas, conforme indicado na citação acima com a letra “N” de *nome*. Estes dados podem ser conferidos no exemplo transcrito abaixo:

Aos onze de Fevereiro de mil oitocentos e vinte hum nesta Matriz baptizei solenemente Paulo prêto, filho Legítimo de José e Ritta escravos de Manoel Pinto do Nascimento de idade de três semanas, pouco mais ou menos; Padrinhos Joaquim e Maria escravos de D. Anna Angelica Figueiredo; de que para constar fis este assento, que por verdade assignei. Vigr. Antonio Theodoro de Figueiredo.³

Como se pode notar, no assento contém informações sobre a localização; Posse de escravos; Qualidade de cor e etnia, expressas nos termos recorrentes como “preto”, “pardo”, “mestiço”, “africano”, “tapuya”; relações de consanguinidade e afinidade, veja-se que Paulo foi filho legítimo da união sacramentada entre José e Ritta, além do parentesco espiritual gerado entre os escravos Joaquim e Maria com o inocente Manoel. Aqueles, foram “fiadores para com Deos pela perseverança do baptizado na Fé”, e “por serem paes espirituaes”, tinham a “obrigação de lhes ensinar a Doutrina Christã, e bons costumes”.⁴ O caso revela também a sociabilidade entre as escravarias, afinal, escravos de diferentes senhores, quiçá também os próprios senhores, se encontraram naquele dia durante o sacramento realizado na Matriz.

Dessa maneira, como pontuou Graça Filho e Libby, a riqueza dos documentos paroquiais para o estudo das sociedades reside essencialmente na possibilidade de construção de um banco de dados com informações seriadas a longos períodos.⁵ Logo, como chamou atenção João Fragoso, o uso da documentação paroquial precisa ser mais explorado, pois a construção de fichas individuais permite identificar a residência dos

³ Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina (Doravante, AIMS AJ). Livro de Batismo (1818-1828), f. 40.

⁴ VIDE, **Constituições Primeiras**, p. 26.

⁵ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, LIBBY, Douglas Cole. “As diversas fontes documentais das alforrias: alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João Del Rei, séculos XVIII e XIX”, In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (orgs.). **História Social em Registros Paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 11-12.

paroquianos, as relações na vizinhanças, as alianças entre famílias, as hierarquias sociais, enfim, “recuperar a História Social de uma população e seus grupos”.⁶

Logo, somadas a abordagem qualitativa, leia-se: cruzando os dados com estudos consolidados da História Social que abordam o tema, foi possível conhecer aspectos daquela sociedade escravista.

É bem verdade que a historiografia da escravidão, ao longo do século XX, passou por transformações significativas, refletindo mudanças nas abordagens teóricas e nos interesses acadêmicos. Como acentuou Alberto da Costa e Silva, poucas áreas do conhecimento histórico avançaram tanto quanto os estudos da escravidão nas Américas.⁷

É importante reconhecer que já na década de 1930, com o surgimento das obras clássicas da historiografia brasileira, Gilberto Freyre adota abordagens antropológicas, embora ainda focado na gênese e no desenvolvimento econômico e social da sociedade colonial, tema central até a década de 1970. Em *Casa-Grande & Senzala*, Freyre analisa os engenhos e destaca a importância dos escravos na formação da família brasileira, que ele considera o núcleo essencial da sociedade católica da época e da proposição da sociedade patriarcal. Embora não seja um estudo propriamente sobre escravidão, a obra foi pioneira ao reconhecer a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira.⁸

A partir dos anos 1980, o escravo já não mais aparece como parte de outros estudos, mas como protagonista, sujeito histórico. Longe de querer desmerecer as obras clássicas da historiografia brasileira, hoje, é notável a grande produção de estudos que não mais insistem nas obviedades – o que não significa necessariamente atenuar a barbaridade do escravismo – mas que devolvem a historicidade do regime escravista enquanto composto por múltiplos agentes sociais, especialmente senhores e escravos. Autores como Stuart Schwartz, Sidney Chalhoub, João José Reis, Eduardo Silva e Robert Slenes, entre outros, trouxeram novas perspectivas ao analisar a escravidão através das lentes da resistência cotidiana, da religião, da cultura e da mobilidade social dos negros e mulatos. Em vez de apresentar os escravos como figuras passivas, essa nova abordagem

⁶FRAGOSO, João. “Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documentos**. Rio de Janeiro; Mauad, 2014, p. 22-25.

⁷COSTA E SILVA, Alberto da. **A África e os Africanos na história e nos mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021, p. 81.

⁸FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, (1933) 1980. Sobre o pioneirismo de Freyre, cf. SILVA, Alberto da Costa e. **A África e os Africanos na história e nos mitos**, p. 145;

destaca sua agência, enfatizando sua capacidade de negociar, resistir e transitar entre diferentes mundos sociais.⁹

Para a Bahia e seus sertões, tem-se assistido uma vasta produção da historiografia social tanto sobre tráfico quanto escravidão, revelando as dimensões da experiência escrava. Já é possível identificar as principais nações africanas que foram trazidas para a Bahia e as rotas que seguiram sertões adentro, as funções desempenhadas pelos cativos, as formas de vida da família escrava, as formas de ascensão e mobilidade social, as experiências das populações cativas, livres e libertas na Bahia colonial e imperial.¹⁰

Ao observar Jacobina, no que diz respeito aos estudos sobre sociabilidade e relações entre senhores e escravos, arranjos familiares, laços de solidariedade e relações de parentesco em suas variadas dimensões, notou-se que muito pouco se tem avançado. Em verdade, essa constatação revela uma lacuna sobretudo no conhecimento sobre a

⁹Sem querer esgotar, Cf: SCHWARTZ, Stuart B. “Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves View of Slavery”, In: **Hispanic American Historical Review**, vol.57, n. 1 (1977), p. 69-81. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2513543>; REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; REIS, João José. ““Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, In: **Revista de História**, São Paulo, v. 28, 1995/1996; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, (1990) 2011; MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, (1995) 2013; SLENES, Robert. **Na Senzala, Uma Flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste, século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, (1999), 2011; FERREIRA, Roberto Guedes. Trabalho, família, aliança e mobilidade social: estratégia de forros e seus descendentes. Vila de Porto Feliz, São Paulo, século XIX. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. São Paulo: ABPHE, 2003; FERREIRA, Elisângela. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. In: **Afro-Ásia**, Salvador, n. 32 (2005); REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. Companhia das Letras, 2019; HORA, Raiza Cristina Canuta da. “Mãe preta, filhos mulatos, netos pardos: mulheres, uniões consensuais e mobilidade social na América Portuguesa escravista (Salvador, segunda metade do século XVIII)” In: Sheila de Castro FARIA e Adriana Dantas REIS (orgs.). **Mulheres negras em perspectiva: Identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)**, Rio de Janeiro: Editora Cantagalo, 2021.

¹⁰ Cf. FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Doutorado em História (PPGH/UFBA), Salvador, 2008, ver o capítulo 6, mais especificamente o subtópico 6.3: “Um sonho de liberdade: Maria José e seus descendentes”, p. 347-377; ver também SILVA JR, Carlos da. **Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)**. Mestrado em História (PPGH/UFBA), Salvador, 2011; CEZAR, Iasmim de Oliveira. **A última rota atlântica: o comércio interno de escravizados rumando os sertões da Bahia setecentista, 1759 -1798**. Mestrado em História (PPGH/UFBA), Salvador, 2020; SENA, Ariella Barros de. **Recebendo os Santos Óleos: A presença escrava nos livros de batismo em Morro do Chapéu no século XIX**. Licenciatura em História (UNEB – DCH IV). Jacobina, 2021. CARVALHO, Sheyla Oliveira. **Andreza, mulata, e José, Africano: Trajetórias de escravidão e liberdade no Sertão da Bahia (Morro do Chapéu, Século XIX)**. Dissertação de mestrado. (PPGEAFIN – UNEB). Irecê, 2023.

escravidão na Vila, pois, ao que se sabe, a escravidão esteve presente de forma expressiva nessa região desde a sua fundação.¹¹

Para o século XIX, as principais obras que abordam a escravidão, embora não tenha sido necessariamente o objetivo dos autores, são os estudos de Raphael Vieira Filho Jackson Ferreira e Jamile Santos. Obras que foram fundamentais para este estudo, tanto como aporte teórico sobre a escravidão e as suas singularidades por ali, como para a compreensão do desenvolvimento histórico de Jacobina.¹² Entretanto, com o objetivo aqui proposto, somados às fontes analisadas, este trabalho surge como inédito, com pretensões de continuidade da pesquisa.

Em *Os negros em Jacobina*, o historiador paulista Raphael Vieira Filho, a partir da análise especialmente de Livros de Notas, buscou atestar a presença negra na região no século XIX, contrapondo uma antiga tese do século XX que escravidão e pecuária eram incompatíveis e que a população negra da região só havia chegado no século seguinte. O trabalho do autor encontra-se atravessado pela escravidão, possuindo assim vários méritos dos quais não nos deteremos aqui por já terem sido comentados, mas não avança muito – até porque não foi seu objetivo – no que tange as relações entre escravos, livres e libertos naquela sociedade, deixando uma brecha que se tornou o problema de pesquisa deste trabalho.¹³

Em *Gurgalha*, a partir de um grande esforço de pesquisa e cruzamento de fontes, Jackson Ferreira buscou reconstituir a trajetória do Coronel Quintino Soares da Rocha e sua esposa, Umbelina Adelaide de Miranda, moradores de Morro do Chapéu, *senhores de terra, gado e gente*, que o autor afirma serem os maiores escravistas da região estudada.¹⁴

¹¹ CONCEIÇÃO, Héliida Santos. **O sertão e o império: As vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750)**. Doutorado em História (PPGH/UFRJ), Rio de Janeiro, 2018, p. 124.

Cabe aqui explicar que o espaço estudado no trabalho citado acima trata-se do atual município de Campo Formoso, que outrora fora a Freguesia de Jacobina, e não se confunde com a Jacobina estudada neste trabalho. Esse aspecto será mais bem esclarecido no capítulo 1. De todo modo, evidencia a presença da escravidão após a fundação da Vila.

¹² VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009; FERREIRA, Jackson. **Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)**. Salvador: EDUNEB, 2018. SANTOS, Jamille de Oliveira. **O viver na Vila de Santo Antônio Jacobina nas primeiras décadas do Império**. Monografia (Licenciatura em história). UNEB, Jacobina, 2022.

¹³ Cabe sublinhar aqui, com honestidade, que o capítulo 3 (a conquista da liberdade) o autor desvela alguns vínculos sociais a partir da identificação dos motivos de liberdade escritos nas alforriais, sendo o mais declarado, mas não a único, “o amor de criação”. Cf. VIEIRA FILHO, **Os negros em Jacobina**, p. 134; Para os comentários sobre a obra de Vieira Filho, cf. FERREIRA, **Gurgalha**, p. 38.

¹⁴ FERREIRA, **Gurgalha**, p. 168-169.

Assim, trata-se de uma obra magistral que, na avaliação de Maria de Fátima Novaes Pires, “possibilita a imersão no panorama regional”, tendo entre as muitas qualidades a apresentação de sociedade com uma “dinâmica econômica multifacetada, com negociações do setor agropastoril, tanto dentro quanto fora da província da Bahia”, bem como “a participação de mulheres na vida social da região”.¹⁵ Para os propósitos deste trabalho, a obra de Ferreira fornece suporte tanto para a compreensão de Jacobina dentro do recorte aqui estudado, além de dados que quando comparados com os desse trabalho, permitiram confirmar algumas hipóteses levantadas no decorrer da pesquisa.

O trabalho de Jamile Santos, embora seu objetivo tenha sido analisar a cultura material na Vila, está inserido naquela sociedade escravista e, assim, fornece dados sobre posse de escravos, além de informações sobre escravos e escravistas que se mostraram importantes para a construção desse texto.¹⁶

Nessa perspectiva, os objetivos traçados buscaram compreender a importância da escravidão na composição demográfica de Jacobina nos últimos anos do período colonial. Para contemplar esse objetivo, buscou-se identificar e analisar a) A composição demográfica de cativos dentro do contingente populacional geral de batizados; b) a classificação de cor e etnia dos batizados; c) as relações de parentesco ritual entre livres, escravos e libertos; d) a distribuição espacial dos escravos; e) as práticas escravistas como as chamadas alforrias de pia.

O primeiro capítulo buscou-se esboçar algumas notas sobre Jacobina visando, assim, compreender o desenvolvimento territorial e econômico entre os séculos XVIII e XIX. O segundo capítulo, *A escravidão e sociedade na última década da colônia*, são analisados aspectos demográficos da sociedade, revelando dados percentuais sobre a população livre e escrava, além de esboçar alguns perfis de escravistas jacobinenses. Ainda, são analisadas características étnicas e raciais daquela sociedade, constatando um processo de mestiçagem resultante da interação de diferentes povos e uma escravaria majoritariamente crioula. No terceiro capítulo, *Uma Jacobina escravista através de registros paroquiais*, são apresentados aspectos da família escrava, os vínculos de compadrio, a distribuição espacial dos escravos e as alforrias na pia, que se revelou uma prática constante.

¹⁵ FERREIRA, **Gurgalha**, Cf. *Prefácio* de Maria de Fátima Novaes Pires, p. 12-14.

¹⁶ Cf. SANTOS, **O viver na Vila**, p. 32-40.

Portanto, a partir de agora, o leitor poderá mergulhar em uma sociedade, como tantas outras, marcada pela escravidão. Espera-se que estes capítulos possam ampliar a compreensão da história sociedade oitocentista jacobinense. Boa leitura!

Capítulo 1 – apresentando o espaço: notas sobre Jacobina

1.1 Geografia

O espaço estudado na pesquisa que resultou nesse texto trata-se da Freguesia de Santo Antônio da Vila de Jacobina, a chamada *Jacobina Nova*, entre os anos de 1815 e 1821, últimos anos do período colonial. Assim, dentro da dimensão dessa unidade religiosa e administrativa, são analisadas tanto a escravidão existente na sede da matriz quanto nas povoações que atualmente correspondem a alguns municípios vizinhos.

A região de Jacobina como um todo, em tempos relativamente distantes, foi comumente referida no plural como “Sertões das Jacobinas”. Amparado em uma obra de Afonso Costa, o historiador Sólon Natalício dos Santos, estudioso dos povos indígenas que habitavam essa região, explica que “houve duas povoações com este nome: a freguesia Jacobina Velha, nos arredores da atual cidade de Campo Formoso, e a vila Jacobina Nova, onde o nome foi conservado e hoje é a sede administrativa do município de Jacobina.”¹⁷ Nessa perspectiva, esclarece Raphael Vieira Filho que:

A freguesia de Santo Antônio de Jacobina data de 1682, porém sua sede foi erigida onde hoje é a cidade de Campo Formoso, local conhecido no passado como Jacobina Velha. **A freguesia de Santo Antônio da Vila de Jacobina foi criada somente em 1758, desmembrada da anterior Freguesia de Santo Antônio de Jacobina**, passando a ser denominada Freguesia Velha de Santo Antônio de Jacobina. Mas as confusões entre as duas permaneceram até o século XIX.¹⁸

Assim, a freguesia estudada, embora à época abrangesse um território significativamente maior, incluindo boa parte das áreas atualmente desmembradas, corresponde à região onde hoje está localizada a sede do município de Jacobina. A Igreja Matriz, espaço onde foi constituída a principal fonte desse trabalho, ainda está situada na praça Castro Alves. De acordo com Conceição, esta igreja foi construída em 1724 e

¹⁷ SANTOS, Sólon Natalício Araújo dos. **Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuia, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, 2011. p. 23-24.

¹⁸ VIEIRA FILHO, **Os negros em Jacobina**, p. 47 [grifo meu].

elevada à condição de Matriz da freguesia em 1752, e sua criação decorre de motivações políticas que envolveram disputas de poder entre os Guedes de Brito e o coronel Garcia d'Ávila.¹⁹

Sabe-se que os grandes proprietários dessas terras outrora chamadas de *Sertões das Jacobinas* eram os d'Ávila, da Casa da Torre, e os Guedes de Brito. Região que foi descrita por Antonil como sendo pertencente aos d'Ávila, duzentas e sessenta léguas à margem esquerda do rio São Francisco, e oitenta léguas pela margem direita do mesmo rio, e à família do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito, cento e sessenta léguas do Morro do Chapéu até o rio das Velhas.²⁰

Os mapas abaixo permitem vislumbrar as transformações que passaram a região.

Imagem 1: Território do município de Jacobina em meados do século XVIII

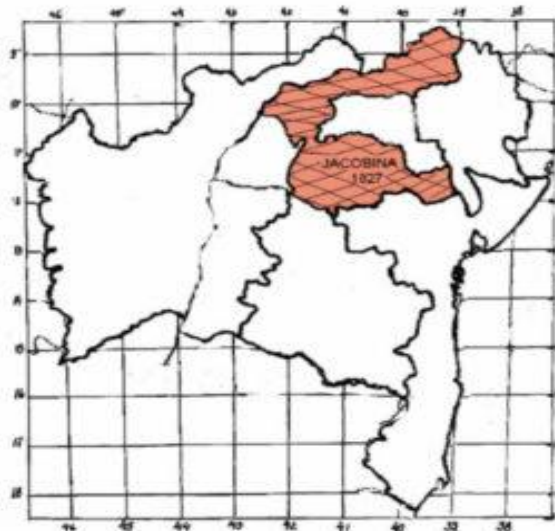


É possível observar que em meados do século XVIII, Jacobina ainda era um município muito vasto, de amplitude que abrangia territórios de norte a sul da Bahia. Com a virada do século, a configuração geográfica começa a mudar.

¹⁹ CONCEIÇÃO, O sertão e o império, p. 121.

²⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Brasília: Senado Federal, 2011 [1711], p. 199. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580735/000921829_Cultura_opulencia_Brasil.pdf.

Imagem 2: Território do município de Jacobina em 1827



Fonte: <https://manifestajacobina.com.br/300anos/>.

Pode ser conferido também em VIEIRA FILHO (2009), ver ANEXOS.

O mapa acima é o que foi possível encontrar (até então) com a configuração geográfica mais próxima do período aqui estudado, poucos anos à frente, vale dizer. Observa-se, assim, que o município já havia perdido alguns territórios na margem direita do Rio São Francisco, sobretudo na parte sul/sudoeste da Bahia, mas ainda um município extenso, compreendendo boa parte do Norte.

Antes de 1838, a Vila de Jacobina era composta, de acordo com Felisbello Freire, pela freguesia, sede do município, e três distritos: Nossa Senhora da Graça do arraial de Morro do Chapéu (atual Morro do Chapéu), Santíssimo Coração de Jesus (tudo indica tratar-se atualmente da Vila de Itaitu) e Nossa Senhora da Saúde (município de Saúde).²¹

²¹ Essa divisão assim foi descrita pelo autor: “A freguesia de S. Antonio limitar-se-á com a de N. S. da Saude no riacho Charneca, com a de Coração de Jesus, no riacho Timbó do arraial do Brejo, com a de N. S. da Graça no alto da Boa Vista. A freguesia do Coração de Jesus terá por limites o riacho Timbó e se estenderá pelo sitio dos Patos até sahir a fazenda do Umbuseiro de baixo lhe ficará pertencendo, dividindo ahi da freguesia da Saude e descendo estrada abaixo, comprehendem quanto fazia parte da freguesia de S. Antonio de Jacobina até confinar com a freguesia do MonteAlegre, novamente creada por esta lei. A de N. S. da Graça limitar-se-á com a de S. Antonio no Alto da Boa Vista, extremado com as freguezias de Chique-Chique; e descendo pelo rio Jacuipe até confinar com a de S. Antonio na fazenda do Umbuseiro de Cima, comprehendendo as terras denominadas Mundo Novo, A de N. S. da Saude será separada da de S. Antonio no rio da Charneca, donde cortando as terras abaixo até o Papagaio, confinando com as freguezias de S. José d’Água Fria, Tucano, Villa Nova da Rainha e Freguezia Velha”. [sic] Cf. FREIRE, **História Territorial do Brazil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998, p 228.

De acordo com o autor uma lei regencial de 1º de junho de 1838 elevou esses povoados ao status de freguesias, desmembrando-os da antiga freguesia de Jacobina. Vieira Filho apresenta um mapa elaborado no ano de 1836 pelo Juiz de Direito Angêlo Moniz Ferraz que ratifica a informação acima.²²

Quadro 1: Vila, freguesia e distritos de Jacobina

Vila de Jacobina	Santo Antônio de Jacobina (NOVA)
	São Gonçalo de Riachão
	Nossa Senhora da Saúde
	Morro do Chapéu

Fonte: a tabela foi elaborada com base em informações extraídas em Vieira Filho (2009, p. 79).

Tudo indica que esses eram os principais distritos que compunham a Vila. Todos, vale dizer, possuíam uma capela filiada à Matriz da Freguesia de Santo Antônio da Jacobina Nova no período estudado aqui e, portanto, informações sobre a população desses espaços também compõem a base de dados que será apresentada no próximo capítulo.

1.2 Economia

A cidade de Jacobina, no norte da Bahia, que não à toa tem por alcunha “A Cidade de Ouro” tem sua gênese, como não é difícil de se imaginar, devido à descoberta do ouro ainda na primeira metade do século XVIII. Na ênfase dada por Afonso Costa: “O ouro primeiro deu-lhe vida”.²³

Bom, em verdade, a descoberta de minério e metais preciosos na região se deu durante as expedições do século XVII. Um grande historiador baiano, Luís Henrique Dias Tavares, pontua que Francisco Dias de Ávila encontrou ouro e salitre na serra de Jacobina no século XVII, que posteriormente foram exploradas pelo sertanista Pedro Barbosa Leal.²⁴

²² VIEIRA FILHO, Os negros em Jacobina, p. 79.

²³ COSTA, Afonso. “Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora”, **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia**, Salvador, 1916. (vol-II, p. 272.). Agradeço ao professor Valter de Oliveira pela disponibilidade desse texto.

²⁴ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 168-170.

Albertina Vasconcelos, por sua vez, informa-nos que a região era conhecida pela administração colonial desde o século XVI, todavia, só passou a ser objeto de preocupações econômicas no século XVII quando já existiam algumas povoações e, por fim, foi erigida a vila nas primeiras décadas do século XVIII.²⁵

Conforme Héli da Conceição, a criação da Vila de Jacobina se deu durante o governo do vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes (1720-1735), que assumiu o governo geral do Estado do Brasil tendo como uma das principais incumbências administrativas estabelecer nas regiões das minas baianas a ordem civil e econômica.²⁶ Em *História Territorial do Brasil*, Felisbello Freire escreveu que a descoberta pelos bandeirantes paulistas de minas de ouro determinou a criação dessa vila, sendo o primeiro local escolhido o Sítio do Sahy, Missão de Nossa Senhoras das Neves.²⁷

Posteriormente, a sede da Vila foi transferida para o Sítio de Bom Jesus da Glória, onde atualmente encontra-se o município. Na *acta de transferência*, transcrita por Afonso Costa, pode-se ler que o ouvidor Pedro Gonçalves Cordeiro sob as ordens do vice-rei partiu em direção a Jacobina para resolver o processo de transferência da vila.

Em observância da qual ordem, êle dito ouvidor geral da comarca passara a vêr o sítio que chamam do Coqueiro, que era um dos que alguns moradores e mineiros lhe apresentaram para nêle erigir a vila, e chegando ao dito sítio e examinando-o, o achou incapaz, e que se seguiram não menos incomodo que no em que a dita vila está situada, por não ter moradores nem ficar no meio das minas, onde os mineiros podessem ir tratar de suas causas e recolher no mesmo dia para suas casas; ao que tendo respeito e consideração, resolveu erigir e crear nêste sítio e arraial da missão do Senhor Bom Jesus, por ficar em o meio das minas com muitas convenções para os litigantes, por poderem se recolher às suas casas em o mesmo dia em que viessem tratar das suas demandas, e procurassem seu recurso, além de haverem nêste sítio mais de trinta e tantos moradores, afóra a aldeia dos índios e a igreja para poderem ouvir missa e assistirem os aos officios divinos, e ser logar mais frequentado de gente, com uma estrada para o rio, s. Francisco, Arraial e Minas Gerais, e com efeito fez e creou vila no dito sítio com o nome s. Antonio de Jacobina (*sic*) [...].²⁸

Conceição, que analisou as atas transcritas por Costa, afirma que os termos do ouvidor estavam “de acordo com as normativas políticas e jurisdicionais da monarquia

²⁵ VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, 1998. p. 60-63.

²⁶ Dá-se então a criação de três vilas mineradoras: Jacobina (1722), Rio de Contas (1725) e Minas Novas (1729). Cf. CONCEIÇÃO, **O sertão e o império**, p. 169.

²⁷ FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

²⁸ COSTA, “**Minha Terra**”, p. 245.

portuguesa no Antigo Regime e dotava as forças locais de prerrogativas de governo, de legitimidade baseada no prestígio, na honra, mas também na superioridade econômica e social”. Explica, também, que a mudança decorreu especialmente devido aos inconvenientes do antigo sítio, assim a “Missão do Bom Jesus de fato era mais próxima dos ribeiros de ouro, circunstâncias que atendiam ao perfil ocupacional e socioeconômico dos representantes da câmara, mas sobretudo dos moradores”.²⁹

Vê-se, como havia enfatizado Afonso Costa, que sobretudo o ouro foi determinante na criação da vila. Todavia, a exploração do ouro das minas de Jacobina não perdurou tanto e foi bem menor do que, por exemplo, em Rio de Contas, como afirma Noya Pinto.³⁰ Dias Tavares também argumenta que a exploração comercial foi pequena, e que a política colonial portuguesa deu mais preferência ao ouro das chamadas Minas Gerais.³¹ Assim, outras atividades econômicas se destacaram na região.

Nesse sentido, após o apogeu do ouro em Jacobina, afirma Afonso Costa que

[...] **largadas, finalmente, as minas de ouro**, todas as vistas patricias se deram para o **tráfico de animais**, estabelecendo-se a importação de gados de remotos lugares ao nordeste e fazendo Jacobina de **entrepasto** dessas transações com a capital e cidades apropinquadas desta.

Por seu turno, a população entregava-se á agricultura, montando engenhos, cultivando cereais, explorando as culturas conhecidas, especialmente para a própria aplicação de seu consumo.

Adeantadas as relações comerciais com a importação de gados magros e a exportação deles já engordados para o matadouro da capital, o comercio da localidade era o empório de todo o movimento expeditor de fazendas, miudezas e ferragens para os sertões da Baía, Góias e Piauí (*sic*) [...] ³² (grifo meu).

Desse modo, o que se entende é que, após o apogeu do ouro, já na segunda metade do XVIII, a pecuária tornou-se uma atividade econômica importante na região de Jacobina, com um destaque, também, embora aparentemente menor, para a agricultura. Algumas fontes confirmam essa ideia. Vejamos.

Ainda no alvorecer do século XVIII, o jesuíta italiano André João Antonil (1649-1716) escreveu, em *Cultura e Opulência do Brasil*, que Jacobina era um ponto importante tanto para a passagem do gado para o litoral, quanto para a cria e recria.³³ Anos depois, o

²⁹ CONCEIÇÃO, *O Sertão e o Império*, p. 197-200.

³⁰ PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1979, p. 83-84.

³¹ TAVARES, *História da Bahia*, p. 204.

³² COSTA, “*Minha Terra*”, p. 295.

³³ ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil*, p. 269-271.

Padre Manuel Aires de Casal (1754-1821) informava que naquela região “por toda parte se cria gado vacuum”. Nas palavras dele:

Nos seus contornos cria-se gado vacuum, bons cavalos, porcos, ovelhas e cabras; cultivam-se canas-de-açúcar, algodão, excelente tabaco, trigo, milho, e legumes: há laranjas, uvas, e marmelos pequenos que são reduzidos a marmelada, de que se exportam caixotes. Muita gente ocupa-se em olaria.³⁴

As informações extraídas dessas fontes ratificam aquilo que foi dito por Afonso Costa a respeito da pecuária. Esses aspectos têm sido reforçados com seriedade historiográfica há praticamente um século. Para citar um bom exemplo, veja-se que ao abordar a importância da pecuária para a abastecimento do litoral em princípios do século XVIII, Caio Prado Jr. afirmava que os sertões do Norte da Bahia formaram a zona mais antiga, mais extensa e mais importante da Colônia. Para o autor, isso se explica pelas vantagens que o sertão oferece, sobretudo na margem direita do Rio São Francisco, com a constituição das fazendas de gado.³⁵

Nesse sentido, a localização de Jacobina foi fundamental para torná-la um espaço importante para essas relações comerciais, especialmente a pecuária. Raphael Vieira Filho argumenta que as rotas que foram abertas nos séculos XVII e XVIII foram um dos principais fatores que favoreceram esse aspecto. Conforme o autor “Passavam ou iniciavam, em Jacobina, caminhos para: o litoral, Cachoeira e Capuame; Chapada Diamantina, sul do Estado da Bahia, Caetitê e Rio de Contas; norte, Juazeiro e Villa da Barra”, entre outros, e conclui dizendo “Assim, a região firmou-se como entreposto comercial”.³⁶

A prática da recria do gado, basicamente, tratava-se da compra das reses e soltá-las nas fazendas locais para que engordassem. Esse aspecto que já havia sido relatado por Antonil foi salientado por historiadores contemporâneos, a exemplo de Jackson Ferreira que dedicou um subcapítulo no seu livro *Gurgalha* para abordar o tema.³⁷ Vieira Filho, em *Os negros em Jacobina*, apresenta-nos uma fonte importante da Câmara Municipal de Jacobina, do século XIX, que justifica a necessidade da pecuária:

³⁴ CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. p. 242. Disponível para domínio público em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003003.pdf>.

³⁵ PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942], p. 198-200.

³⁶ VIEIRA FILHO, **Os negros em Jacobina**, p. 72.

³⁷ Sobre a cria e recria de gado, ver: FERREIRA, *Gurgalha*. p. 67-75.

[...] que no arredor desta Villa há muito povo, na vizinhança de hum quarto de legoa, meia legoa e legoa.

Provara que todo este povo se deve sustentar em carne de vacca, pois que nesta Vila não há pescado de qualidade alguma, não se cortão carneiros, nem cabricotos, nem capados.

Provará que tendo consideração a tudo isto a Camara Municipal desta Villa estabeleceo por sua justa postura, que diariamente se talhasse huma rês ao publico e fosse vendida a carne pelo preço que seos donos pudessem conseguir.³⁸

Ainda que visando atender o bem comum, nota-se que a pecuária, atividade econômica voltada para a criação e venda de animais, com ênfase na produção de alimentos como carnes, foi fundamental para o comércio em Jacobina, com destaque para o corte do gado bovino. Não obstante, Vieira Filho cita ainda a existência de outros gêneros alimentícios produzidos, como açúcar, feijão, milho, arroz, café, algodão etc.³⁹

Nessa perspectiva, as palavras de um historiador bastante familiarizado com a região nos ajudam a compreender melhor, ainda que rapidamente, a dinâmica das relações econômicas de Jacobina. Em estudo sobre Morro do Chapéu do século XIX – que no recorte temporal deste trabalho ainda era Jacobina – o historiador Jackson Ferreira escreveu que, ao passo que “o gado era destinado, principalmente, para Salvador e Recôncavo, os alimentos eram produzidos para a subsistência e vendas nas feiras locais e regionais”.⁴⁰

Sabe-se que em 1837 existia na região mais de 400 fazendas de criar gado, mas também estabelecimentos de fabricação de farinha de mandioca, um moinho de trigo e produção de açúcar.⁴¹

As informações acima, acredita-se, parecem ser suficientes para apresentar ao leitor o cenário econômico da região entre fins do século XVIII até meados do XIX. Isto faz-se importante pelo fato de que, como sabemos, boa parte de tudo aquilo que foi produzido no Brasil colonial e imperial, e isto não pode ser esquecido, passou pela exploração da mão de obra escrava.

A título de exemplo, ao analisar a redistribuição de escravizados no comércio interno do sertão da Bahia na segunda metade do século XVIII, Iasmim Cezar identificou

³⁸ APEBA, Seção Colonial e provincial, Série: Governo, Câmara de Jacobina, Maço: 1327, *apud* VIEIRA FILHO, **Os negros em Jacobina**, p. 73.

³⁹ VIEIRA FILHO, **Os negros em Jacobina**, p. 73-74.

⁴⁰ FERREIRA, **Gurgalha**, p. 93.

⁴¹ VIEIRA FILHO, **Os negros em Jacobina**, p. 73.

escravos sendo destinados para trabalhar em casas, *fazendas de gado*, minas e outros serviços pessoais em Jacobina.⁴² Do mesmo modo, Raphael Vieira Filho identificou escravos ligadas a funções diversas, desde a mineração até o transporte de mercadorias, e mesmo na *pecuária*.⁴³

Portanto, não há dúvidas de que os dados sobre a escravidão a serem analisados nos capítulos seguintes referem-se a trabalhadores escravizados inseridos nessas atividades econômicas. Em outras palavras, são essas atividades que justificam a presença da escravidão por ali.

⁴² CEZAR, Iasmim de Oliveira. **A última rota atlântica: o comércio interno de escravizados rumando os sertões da Bahia setecentista, c. 1759 - c. 1798**. Mestrado em História (PPGH/UFBA). UFBA, 2020. p. 93, ver tabela 06.

⁴³ VIEIRA FILHO, **Os negros em Jacobina**, Ver especialmente os capítulos 1 e 2.

Capítulo II – A escravidão e a sociedade na última década da colônia

A verdade é que você (todo brasileiro!) tem sangue crioulo.

Olhos coloridos – Macau.

1.1 Considerações de caráter teórico-metodológico

O uso de registros paroquiais como fonte de análise tem sido amplamente utilizado por historiadores interessados pelo passado colonial e imperial brasileiro, em especial, para os estudos sobre sociedade e escravidão.⁴⁴ Entretanto, o uso dessa documentação não é mais novidade aquém ou além-mar desde o pós-guerra.⁴⁵

O potencial dessas fontes para o estudo das populações no Antigo Regime Português há muito foi observado pela historiadora portuguesa Virgínia Rau, que já apontava as possibilidades de ultrapassar os estudos genealógicos e compreender aspectos das classes sociais, como as relações entre livres e escravos, costumes e modos de vida, enfim, do passado luso-brasileiro.⁴⁶

No Brasil, já na primeira metade do século XX, Gilberto Freyre destacou a importância dessas fontes para o estudo da História Social.⁴⁷ Conforme observado pelo

⁴⁴ Ver, por exemplo: HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Tese (doutorado), UFRJ, 2006; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Instruído na fé, batizado em pé”: Batismo de africanos na sé da bahiana 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. In: **Afro-Ásia**, n. 39 (2010), p. 79-113; PAULA, Juliano Tiago Viana de. Compadrio e escravidão em uma freguesia sul-mineira: São Tomé das Letras (1840-1870). In: **Afro-Ásia**, n. 52 (2015). p. 177-212; Mota, Antônia da Silva. Batismos, família e escravidão no Maranhão colonial. In: **Afro-Ásia**, n. 55 (2017). p. 9-34.

⁴⁵ No pós-guerra, o uso de registros paroquiais foi bastante utilizado para os estudos da demografia histórica na Europa. Por demografia histórica entende-se os *estudos das populações a partir das datações de eventos biológicos e sociais*, e, por conseguinte a busca pela compreensão das coletividades humanas. Cf. COSTA, Iraci Del Nero da. História e Demografia, In: **27ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**. Belo Horizonte, 1975, p. 197-203; MOURA FILHO, Heitor P. de. Método em demografias históricas. In: **Revista Mosaico**. N. 6. (2015), p. 29-39; SCOTT, Ana. Pelos caminhos passados e futuros da Demografia Histórica. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte, v. 34, n. 3, (2017), p. 659-664.

⁴⁶ RAU, Virgínia. “Os registros paroquiais e sua importância para o estudo da sociedade luso-brasileiro do século XVIII”. In: RAU, Virgínia; GARCIA, José Manuel. **Estudos sobre história econômica e social do antigo regime**. Editorial presença, 1984. p. 49-51.

⁴⁷ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. Ver prefácio da 1ª ed. p. 28.

historiador Alberto da Costa e Silva, Freyre foi um dos primeiros — senão o pioneiro — a demonstrar interesse em fontes relacionadas aos estudos da escravidão.⁴⁸

Em vista disso, a principal fonte que compõe este trabalho são registros paroquiais, em especial registros de batismos, pertencentes ao Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina. Alguns inventários *post-mortem* e documentos régios são, aqui e acolá, utilizados como fontes complementares. Buscou-se, assim, analisar aspectos da sociedade e escravidão jacobinense.

O batismo é o primeiro de todos os sacramentos do catolicismo e a porta de entrada para o mundo cristão. Através dele, acredita-se, ocorre a purgação do pecado original e a salvação da alma. Escreveu o quinto Arcebispo da Bahia, o religioso Sebastião Monteiro da Vide, em um importantíssimo documento do Brasil Colonial, que o batismo tem “efeitos maravilhosos” [sic], pois, por meio dele se perdoam todos os pecados e “professa o batizado a Fé Catholica”.⁴⁹

Essa cosmovisão ampara-se na tradição da segunda escolástica. Para Tomás de Aquino, nenhum homem sem o batismo entrará no céu.⁵⁰ De acordo com Alexandre Marcussi, a crença da salvação da alma a partir da catequese e batismo foi uma das justificativas da escravidão africana e um dos pilares na construção do Império Português.⁵¹

Dessa forma, até a instauração da República brasileira, os registros paroquiais, em especial os de batismo, eram semelhantes ao que hoje conhecemos como Registro Civil.⁵² De acordo com Kátia Almeida, durante a Colônia e o Império os assentos de batismos assumiram um “caráter de registro religioso e civil”, isto porque registrava-se nos livros o nome, cor, idade, filiação, informações referentes aos pais e padrinhos e demarcava

⁴⁸ Para Alberto da Costa e Silva, os ensaios de Gilberto Freyre, em especial *Casa-Grande e Senzala* (1933) e *Os escravos nos Anúncios de Jornais* (1961) foram os pioneiros. Cf. COSTA E SILVA, Alberto da. **A África e os africanos**, p. 145-154.

⁴⁹ VIDE, Sebastião Monteiro de. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707**. Ed. Fac-símile, São Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1853. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1707], p. 13. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>.

⁵⁰ RUSSEL, Bertrand. **História da filosofia ocidental. Livro 2: a filosofia católica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. p. 192.

⁵¹ MARCUSSI, Alexandre Almeida. O dever catequético. A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII. In: **Revista 7 Mares**, n. 2, 2013, p. 64-79.

⁵² O primeiro decreto para a regulação do Registro Civil data de 1852, entretanto, foi revogado. Cf. CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Capítulo 1: O grande medo de 1852 (à guisa de introdução), p. 13-32.

também a propriedade escrava.⁵³ Libby e Graça Filho afirmam que os registros paroquiais possuíam a mesma força de lei que autenticações feitas por escrivães públicos.⁵⁴ Assim, o assento de batismo é um documento civil e eclesiástico, servindo tanto como prova de propriedade quanto de liberdade.⁵⁵

Para os escravos, o sacramento do batismo foi utilizado como recurso de ampliação das redes familiares para além do sangue e do matrimônio, o chamado compadrio, um tipo de parentesco ritual. O compadrio representava, apontam historiadores, várias vantagens para os escravos.

No estudo clássico de Schwartz e Gudeman, onde se constatou que a predominância de padrinhos e madrinhas de escravos eram pessoas de condição social superior, isto é, pessoas livres, os autores explicaram que “os escravos usaram o compadrio para garantir um possível aliado [...] teoria [que] está de acordo com o próprio significado desses laços”.⁵⁶

Nesse cenário, um padrinho livre poderia atenuar um conflito entre o seu afilhado escravo e o senhor, por exemplo, como destacaram os autores. Um padrinho poderia, também, proporcionar a liberdade ao seu afilhado. É o caso de Joaquim, um dos muitos personagens que compõem a pesquisa que resultou nesse trabalho.

Joaquim nasceu de ventre escravo. Maria Rosa da Conceição, sua mãe, era escrava de Antônia Maria, provavelmente residentes nas imediações da Capela de Nossa Senhora do Bom-Sucesso (Jacobina). A liberdade de Joaquim chegou antes dele completar dois anos de idade, em maio de 1815, evitando assim que experimentasse os dissabores da escravidão. O que não significa dizer, contudo, que foi o fim dos laços de dependência.⁵⁷

⁵³ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas – Bahia – Século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 153.

⁵⁴ GRAÇA FILHO, Afonso; LIBBY, Douglas Cole. As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentarias em São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (orgs.) **História Social em Registros Paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 12

⁵⁵ Apenas para ilustrar, podemos lembrar que no filme *Doutor Gama* (2021) há dois momentos são apresentados documentos comprobatórios de liberdade. O primeiro, os documentos entregues por Luiz Gama (jovem, interpretado por Angelo Fernandes) ao senhor para comprovar ser um homem livre. O segundo, durante o julgamento de José, o escravo que matou o senhor. Durante o processo, seu pai, Santos, se desloca a uma Igreja e compra do pároco uma cópia de um documento. Ainda que não seja explicitamente, é possível supor que os documentos de liberdade naquela ocasião são assentos de batismo.

⁵⁶ GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e Invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 44.

⁵⁷ Como pontuou Jackson Ferreira, **Gurgalha**, p. 279.

De todo modo, o motivo da liberdade, escreveu o pároco, foi a ação do seu pai espiritual: “foi forro pelo padrinho”.⁵⁸ Escravo forro era aquele em que liberdade lhe foi concedida pelo senhor.⁵⁹ Nesse caso, o padrinho, Manoel de Jesus, supostamente um homem livre, o “salvou”.

Não se tem mais informações, até então, de quanto pagou, ou como conseguiu, ou mesmo qual a relação de Manoel com a *escrava-mãe*, que passou a ser sua comadre – tampouco com a família da senhora proprietária. A limitação da fonte não permite explorar mais aspectos dessa relação, por ora. Ao menos, em tese, o afilhado foi liberto. Todavia, esse caso abre caminhos para pesquisas, quem sabe o mapeamento da trajetória desse liberto, como a historiografia tem mostrado ser possível. Tem-se demonstrado e reiterado a importância desses vínculos para a compreensão das relações entre os diversos grupos sociais no Antigo Regime Português, que se constituíram sob diversos ângulos e formas, entre escravos, libertos e livres.⁶⁰

Portanto, para os estudos da escravidão, entende-se que esses documentos são de grande valia, afinal, favorecem a abordagem quantitativa e qualitativa, com elaboração de bancos de dados contendo informações acerca de datas, locais, pais, padrinhos, senhores e escravos, práticas costumeiras das relações escravistas, enfim, de uma gama de fatores constitutivos das relações sociais de um passado escravista que podem e devem ser exploradas.

Neste capítulo, o levantamento realizado permite adentrar um pouco nesses aspectos, buscando, assim, conhecer as semelhanças e singularidades da escravidão em Jacobina.

Buscou-se, no geral, identificar o contingente populacional de escravos dentro da população batizada. Entretanto, com base nas informações complementares obtidas tanto

⁵⁸ AIMSAS, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 07v.

⁵⁹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. p. 182. Disponível em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>. Acesso em 21/08/2024.

⁶⁰ Sobre escravidão e compadrio, ver o já citado: GUEDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e Invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil**. Editora Brasiliense, 1988. p. 33-59; HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Tese (doutorado), UFRJ, 2006; CRUZ, Luzia Henrique. **A freguesia de São Domingos do Prata (MG): batismo e compadrio de escravos no século XIX**. Dissertação de mestrado (PPG/USS). Vassouras, 2006. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão na fronteira meridional do Brasil (1821-1845). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011. P. 01-16; SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na Cor da Pele, O Negro: Escravidão, Mestiçagens e Sociedade no Recife Colonial (1790-1810)**. EDUFAL, Maceió, 2018, Cap. 2.

nesta fonte quanto em outras, como inventários *post-mortem*, será possível analisar aspectos relevantes da escravaria jacobinense, tais como: distribuição populacional, posses, distribuição espacial, classificações sociais de origem, cor, condição e etnia.

2.2 - Escravidão e sociedade: demografia e características gerais

A leitura paleográfica seguida da tabulação dos dados de batismo permitiu identificar que entre 1815 e 1821 foram batizadas 2.292 almas.⁶¹ Esses dados referem-se a dois livros de batismos, sendo o primeiro datado de 1815 a 1818, e o outro de 1818 a 1828. Assim, observa-se que o último livro foi analisado apenas de forma parcial, o que deixa em aberto a possibilidade de continuidade da pesquisa.⁶²

Na tabela abaixo, podem ser identificados os números relativos à condição social da sociedade jacobinense.

Tabela 1 – Batizados na Freguesia de Santo Antônio de Jacobina (1815-1821)

Livres		Escravos		Libertos		Total
#	%	#	%	#	%	
2.023	88,26	258	11,26	11	0,48	2.292

Fonte: Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio da Jacobina (AIMSAJ), Livro de Batismo (1815-1818) e (1818-1828).

A partir desse levantamento, observa-se que a predominância dos batizados foi de pessoas livres, totalizando 88%, em comparação a apenas 11% de escravos. Destaca-se que a maior parte dos batizados era composta por crianças que foram batizadas com poucos dias de vida (segundo as determinações das Constituições primeiras), às vezes

⁶¹ Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina – Livro de Batismo (1815-1818 e 1818-1828). Doravante, AIMSJAJ.

⁶² A razão dessa parcialidade deve-se ao fato de não ter conseguido tabular completamente o segundo livro dentro do prazo de entrega desse trabalho, portanto, as conclusões apresentadas são conclusões iniciais, com a pretensão de ampliação da pesquisa.

meses, mas dificilmente com mais de um ano. Embora o percentual de escravos seja relativamente baixo em comparação ao dos livres, representa uma parte significativa daquela sociedade.

Essa significância se torna evidente, como será discutido adiante, pois a marca da escravidão é uma constante que se reflete nos dados sobre a formação étnica e racial da sociedade jacobinense do século XIX. Esses traços perduram até os dias atuais, como relatou na apresentação do seu livro o historiador paulista Raphael Vieira Filho, ao descrever o perfil da sociedade jacobinense contemporânea.⁶³

O estudo de Vieira Filho é um dos poucos que abordam a escravidão na região, apesar de não focar diretamente no tema.⁶⁴ *Os Negros em Jacobina*, sua tese de doutoramento, o autor analisa a população oitocentista com o objetivo de atestar a presença negra por ali no século XIX. Os méritos deste trabalho, na avaliação do historiador baiano Jackson Ferreira, conhecedor do desenvolvimento histórico da região, foi ter alcançado seu principal objetivo, além de tê-lo realizado a partir de uma ampla pesquisa documental.⁶⁵

A escravidão na Jacobina oitocentista parece ter existido em baixos percentuais, com suas singularidades e semelhanças a regiões próximas do sertão baiano. Em 1836, o município de Jacobina era composto por quatro distritos de Paz (Jacobina, São Gonçalo Riachão, Nossa Senhora da Saúde e Morro do Chapéu). Apenas o distrito de Jacobina tinha uma população de 4.304 pessoas dos quais 3.586 eram livres, 88 eram libertos e 630 escravos.⁶⁶ Assim, 14,36% da população, onde se encontrava a sede da freguesia, era composta por pessoas cativas, percentual que se aproxima dos 11,26% encontrados nos registros de batismos de duas décadas antes.

⁶³ VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 18.

⁶⁴ Não obstante, hoje se faz importante reconhecer que há, ao menos, um avanço no surgimento de pesquisas na graduação e pós-graduação da UNEB, sobre o sertão da Bahia, que tem se debruçado sobre temas como escravidão e liberdade, relações de dependência, famílias negras, trajetórias... enfim, produzindo conhecimento histórico sobre a região. Ver, por exemplo: DIAS, Ana Lécia Silva. **Ascensão de duas famílias negras no sertão da Chapada Diamantina (Século XIX)**. Dissertação de Mestrado (PPGEAFIN – UNEB). Salvador, 2020; SENA, Ariella Barros de. **Recebendo os Santos Óleos: A presença escrava nos livros de batismo em Morro do Chapéu no século XIX**. Monografia. (UNEB – DCH IV). Jacobina, 2021. CARVALHO, Sheyla Oliveira. **Andreza, mulata, e José, Africano: Trajetórias de escravidão e liberdade no Sertão da Bahia (Morro do Chapéu, Século XIX)**. Dissertação de mestrado. (PPGEAFIN – UNEB). Irecê, 2023.

⁶⁵ FERREIRA, Gurgalha, p. 38.

⁶⁶ VIEIRA FILHO, **Os negros em Jacobina**, p. 79.

Em um estudo recente, Jamille de Oliveira Santos explorou a vida na Vila de Jacobina sob a ótica da cultura material, analisando inventários *post-mortem*.⁶⁷ A pesquisa revelou que 87% dos quinze inventários examinados indicavam a posse de escravos. Entre esses, a maioria (46%) detinha de 3 a 4 escravos, enquanto apenas um inventariado possuía mais de 10 escravos.⁶⁸ Esses dados são comparáveis aos da região vizinha de Xique-Xique, conforme a análise de Elisangela Ferreira que evidenciou que mais de 80% dos indivíduos inventariados possuíam escravos. O maior percentual de posse, cerca de 32%, abrangia aqueles que possuíam entre 1 e 2 escravos, enquanto apenas 1,5% tinham mais de 15.⁶⁹

Essas tendências também se refletem no Rio de Contas oitocentista, onde Kátia Almeida observou que a escravidão estava presente na quase totalidade (88%) dos inventários, indicando que a posse de escravos não era um privilégio de apenas uma classe social. O maior percentual de inventariados (54,7%) em Rio de Contas possuía entre 1 e 5 escravos, pequenas escravarias. As escravarias médias estavam concentradas entre 27 proprietários e eram formadas por 11 a 20 escravos (em torno de 16,8%). O menor percentual (0,6%), apenas um caso, o inventariado possuía uma escravaria com mais de 100 escravos.⁷⁰ Para Morro do Chapéu oitocentista, Jackson Ferreira conseguiu localizar apenas um caso em que, ao longo da vida, um casal possuiu em torno de 131 escravos.⁷¹

No contexto deste trabalho, é relevante destacar que Morro do Chapéu ainda pertencia à Vila de Jacobina. A escravidão nessa região, após a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, em 1838, apresentava uma característica notável: pequenas posses concentradas nas mãos de poucos senhores. Sheylla Carvalho, ao realizar um levantamento baseado em inventários, identificou 146 escravos distribuídos entre 39 proprietários. Entre eles, apenas dois detinham um número considerável de escravos — um senhor com 17 e uma senhora com 11 — enquanto os demais possuíam entre 3 e 5

⁶⁷ SANTOS, *O viver na Vila*, 2022.

⁶⁸ Idem. P. 39

⁶⁹ FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Tese de Doutorado, PPGH/UFBA, Salvador, 2008. P. 165.

⁷⁰ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas – Bahia, século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2012. P. 50-51.

⁷¹ FERREIRA, *Gurgalha*, p. 168.

escravos.⁷² Esses dados indicam que, em essência, a dinâmica da escravidão em Morro do Chapéu não se alterou nos anos posteriores a esta pesquisa.

Com base nas informações apresentadas e nas evidências da Tabela 2, é razoável concluir que uma das características fundamentais da escravidão jacobinense foi sua existência em percentuais baixos, deixando marcas significativas. Essas características de escravidão apresentam semelhanças e singularidades em relação àquelas observadas em outras regiões do sertão baiano, o que justifica a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema.

2.3 Escravistas e Escravos: alguns perfis

O cruzamento dos dados de batismo com outras fontes revelou aspectos importantes sobre posses de escravos na Freguesia. Um exemplo pode ser elucidativo e revelador desse passado escravista.

Entre 1816 e 1820, o Capitão-mor do Terço das Ordenanças de Jacobina⁷³, Antônio Lopes Cesar, tido como o “primitivo da grande família Cesar” jacobinense e um dos “notáveis filhos deste município”⁷⁴ apareceu nos documentos de batismo, na condição de senhor de escravos mais de dez vezes, demonstrando ser um *escravista em potencial*. Foi possível identificar, ao todo, 12 escravos do capitão nesse recorte, como se vê no quadro abaixo:

Quadro 1 – Escravos do Capitão-mor Antônio Lopes Cesar nos assentos de batismo entre 1815 e 1821

Categoria	Escravos identificados
Mães	Severina, Theodozia, Therêza, Florinda

⁷² CARVALHO, Sheyla Oliveira. **Andreza, mulata, e José, Africano: Trajetórias de escravidão e liberdade no Sertão da Bahia (Morro do Chapéu, Século XIX)**. Dissertação de mestrado. (PPGEAFIN – UNEB). Irecê, 2023. p. 57-59.

⁷³ Patente concedida em 1807 pelo Conde da Ponte. Cf **Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Bahia col. Castro e Almeida**, cx. 150, doc. 30.051-30.052.

⁷⁴ Em 1899, o Capitão-mor (entre outros jacobinenses) foi classificado como um dos grandes homens notáveis da Jacobina oitocentista. Diante do exposto, é importante que se saiba também do seu passado escravista. Cf. Biblioteca Nacional (Brasil), **Hemeroteca Digital: Almanak do Estado da Bahia: Administrativo, Indicador e Noticioso**, ed. 1, 1899, p. 594.

Crianças	Moysés, Ladisláo, Luísa, Bertholdo
Pais/Padrinhos	José, Anna, Ignacia, Vicente

Fonte: Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio da Jacobina (AIMSAJ), Livro de Batismo (1815-1818) e (1818-1828).

É possível supor que houvesse outros escravos não registrados. No entanto, esses dados são reveladores, pois a escravaria deste "homem notável" aparenta ser extensa em comparação aos padrões regionais. Observa-se que sua escravaria estava em crescimento, já que as quatro escravas, ao terem suas proles, aumentavam consequentemente o número de escravos sob sua posse.

Outro escravista identificado foi João Sahagem de Miranda. Falecido aos quarenta e dois anos, deixando esposa, muitas cabeças de gado *vacum*, terras e várias posses, especialmente escravos. João Sahagem de Miranda, branco, faleceu aos 15 de maio de 1828.⁷⁵ Apareceu três vezes na condição de proprietário de escravos durante o batismo, entre 1817 e 1819. Vejamos no quadro abaixo a escravaria registrada no inventário *post-mortem* desse senhor.

Quadro 2 – Escravos arrolados no inventário de João Sahagem de Miranda (1828).

	Nome	Qualidade	Idade	Avaliados (em réis)
1	André	Cabra	28 anos	180 mil
2	João	Cabra	25 anos	220 mil
3	José	Africano	30 anos	180 mil
4	Francisco	Africano	40 anos	200 mil
5	José	Tapa	25 anos	180 mil
6	Felippe	Criolo	50 anos	120 mil
7	José	Congo	20 anos	200 mil
8	Beneditto	Criolo	14 anos	160 mil
9	Luis	Cabra	16 anos	170 mil

⁷⁵ AIMSAJ, Livro de Óbito, 1827-1828, f. 13.

10	Manoel	Criolo	10 anos	120 mil
11	Olegário	Cabra	10 anos (Filho de Felippa)	130 mil
12	Salvador	Cabra	8 anos	120 mil
13	Zacarias	Mulato	6 anos	110 mil
14	Henrique	Mulato	03 meses	35 mil
15	Joanna	Criola	35 anos	150 mil
16	Felippa	“Cabra, aliás, crioula”	30 anos	180 mil
17	Florencia	Cabra	25 anos	190 mil
18	Clementina	Cabra	14 anos	200 mil
19	Ritta	Cabra	20 anos	100 mil
20	Louriana	Cabra	01 ano (Filha de Felippa)	60 mil

Fonte: APEB, Seção Judiciária, Jacobina, 03/1332/1801/04, inventário de João Sahagem de Miranda (1828/1844).

Observa-se que a escravaria desse senhor era sobretudo crioula (80%), visto que dos vinte escravos apenas quatro (20%) foram registrados como sendo africanos. Essa constatação indica um aspecto da escravidão em Jacobina, qual seja: que a mão de obra nas escravarias foi sendo repostas a partir da reprodução. Esse aspecto mostra-se marcante no banco de dados utilizado neste trabalho e será abordado mais à frente.

Não chega a ser insignificante a presença africana. Os quatro escravos africanos, com idades que variaram de 20 a 40 anos, foram avaliados entre 180 e 200 mil réis. Os crioulos também foram bem avaliados, inclusive o mais caro foi um jovem de 25 anos, homônimo ao senhor: João, *cabra*. De todo modo, a julgar por sua escravaria, João Sahagem de Miranda certamente gozou de prestígio social naquela sociedade.

No trabalho realizado por Jamile Santos, Maria Vicência do Espírito Santo foi a proprietária – leia-se: escravista – com maior posse de escravos: 17 ao todo. O montemor dessa senhora foi avaliado em nove contos novecentos e cinquenta e sete mil e trezentos e noventa e nove réis (9:957\$399), possuindo os já mencionados escravos, além de terras, casas, um engenho, metade de uma senzala e uma casa de farinha.⁷⁶

⁷⁶ SANTOS, Jamille de Oliveira. **O viver na Vila de Santo Antônio Jacobina nas primeiras décadas do Império**. Monografia (Licenciatura em história). UNEB, Jacobina, 2022.

Antes de avançar, faz-se importante uma observação: com base no inventário, a autora afirma que Vicência faleceu em abril de 1840.⁷⁷ Vejam: no livro de óbito da Igreja Matriz consta o falecimento de Vicência Maria do Espírito Santo, uma mulher *parda*, que viveu entre os séculos XVIII e XIX, vindo a falecer, já viúva, em 12 de novembro de 1840.⁷⁸

Entre 1815 e 1821, Vicência Maria comparece a Pia Batismal na condição de senhora quatro vezes, isto é, quatro vezes que suas escravas lhe aumentaram a propriedade.⁷⁹ Todos os batismos foram realizados na Igreja Matriz, muito provavelmente sob a celebração do Vigário Antônio Theodoro de Figueiredo.

Vejam abaixo a escravaria de Vicência Maria e as relações de compadrio geradas.

Quadro 3 – Relação da presença de Vicência Maria nos livros de batismo entre 1816 e 1821

Data	Mãe escrava	Prole escrava	Padrinho	Madrinha
07/07/1816	Margarida	Sebastianna	José Lúcio e Francisco Antônio	
29/11/1816	Angela	Feliciano	Manoel Felix da Trindade	
22/08/1820	Margarida	Joaquim	José Valentim Barboza	Maria Ricarda
16/12/1821	Angela	Luiz	Luiz Joaquim da França	

Fonte: Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio da Jacobina (AIMSAJ), Livro de Batismo (1815-1818) e (1818-1828).

Além da constatação de que foram duas escravas dessa senhora que lhe aumentaram a escravaria em um intervalo de 5 anos, nota-se também a ampliação das

⁷⁷ Idem, p. 40.

⁷⁸ AIMSJA, Livro de Óbito, 1827-1858, f. 50v.

⁷⁹ AIMSJA, Livro de Batismo, 1815-1818 e 1818-1828. Nesse recorte (1815-1821), aparece uma quinta Vicência Maria, porém não aparece o sobrenome completo (do Espírito Santo), além de ter ocorrido em outro espaço em vez da Matriz da Freguesia. Assim, descartei.

redes familiares por parte das escravas. Vê-se também que a predominância masculina representada pelos padrinhos, onde apenas um caso houve a presença da madrinha.⁸⁰

Ao que se sabe, os escravos além de servir aos seus senhores, proporcionando-lhes conforto, acúmulo de riquezas, proporcionava aos senhores, também, prestígio social. Conforme Elizangela Ferreira, um escravo era uma propriedade mais cara que gados e terras, e possui-los era visto, para além da perspectiva do investimento, como um sinônimo de distinção.⁸¹ Nesse sentido, salienta Jamille Santos que para além de ser servido “a capacidade de manter os cativos indicava diversos níveis de riqueza.”⁸²

Em suma, nota-se que a sociedade jacobinense era marcada por escravarias crioulas e por uma diversidade na posse de escravos, que, embora em menor escala do que em outras vilas como Morro do Chapéu ou Xique-Xique, variava entre grandes proprietários e pequenos proprietários. Enquanto alguns, como o Capitão-mor Antônio Lopes Cezar e João Sahagem de Miranda, ou mesmo a *parda* Maria Vicência do Espírito Santo, desfrutavam de prestígio e mantinham escravarias significativas, outros apareciam de forma esporádica nos registros, revelando um sistema de posse mais limitado, como é o caso de Bento José de Oliveira, sobre quem se sabe pouco. Ele figura apenas uma vez como senhor de escravo, em 26 de dezembro de 1818, durante o batismo de Antônio, um mestiço, filho natural de sua escrava Josefa.⁸³

Pode-se fazer um exercício de imaginação em que em todos os cantos se poderia ver ao menos um escravo, um trabalhador escravo, produto de um sistema socioeconômico que marcou a sociedade brasileira como um todo e, em especial, a sociedade jacobinense.

A historiografia recente confirma que a escravidão não era incompatível com a pecuária; pelo contrário, ela fazia parte da realidade concreta dos sertões baianos. No entanto, essa prática não se manifestou nas mesmas proporções do Recôncavo, como destacou Elisangela Ferreira em sua análise sobre Xique-Xique:

“É evidente que a sociedade que se desenvolveu nem de longe tinha os contornos do contingente de cativos que marcou a feição

⁸⁰ Já foi dito que a presença do padrinho nesses vínculos é considerada mais importante. Cf. Schwartz e Gudeman, “Purgando o pecado original”, p. 51.

⁸¹ FERREIRA, *Entre Vazantes, caatingas e serras*, p. 164.

⁸² SANTOS, *O viver na Vila*, p. 40.

⁸³ AIMSAR, Livro de Batismo, 1818-1828, f. 2v.

e os costumes do Recôncavo da província da Bahia bem como de sua capital. As fazendas de gado e as várias lavouras cultivadas exigiam mão-de-obra bem mais diminuta do que o mundo dos engenhos.”⁸⁴

É perceptível a diferença dos dados sobre posse apresentados acima quando se sabe de escravarias compostas por 200 ou mais escravos no Recôncavo baiano entre 1816 e 1817.⁸⁵

Na Chapada Norte, bem como em todo o sertão baiano, afirmou Moisés Sampaio, a escravaria que se ocupava da lida com o gado e se envolvia em outras atividades do campo gozava de certos privilégios e dispunham de melhores possibilidades de acúmulo de pecúlio.⁸⁶ Informação importante, afinal, é possível imaginar que essa – chamemos de – regalia poderia propiciar ascensão social e mesmo a conquista da liberdade.⁸⁷

De volta aos dados de batismo.

2.4 Mestiçagem, crioulição e reprodução natural

O levantamento dos dados de batismo permitiu a visualização e análise dos perfis sociais da sociedade jacobinense. Na tabela abaixo é possível observar os perfis sociais e as formas de hierarquias da sociedade jacobinense desenhadas pelo punho dos párocos, classificando-os em: preto, branco, pardo, cabra, crioulo etc.

Essa diversidade de identidades e qualidades, sabe-se, foi determinante no comportamento sociopolítico e cultural da sociedade baiana.⁸⁸ Os muitos personagens que compõem o banco de dados a que se refere a tabela abaixo estão inseridos em um

⁸⁴ FERREIRA, *Entre Vazantes, Caatingas e Serras*, p. 24.

⁸⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1855*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Ver as tabelas da Parte IV, p. 356-376.

⁸⁶ SAMPAIO, Moisés de Oliveira. *Francisco Dias Coelho: o coronel negro da Chapada Diamantina*. Salvador: EDUNEB, 2017, p. 99.

⁸⁷ O uso do termo “conquista” é proposto pelo historiador carioca Sidney Chalhoub a partir das ideias thompsonianas de “hegemonia de classe” e “experiência”. Para o autor, a compra ou mesmo a concessão ou doação pode ser interpretada como conquista, afinal, “o significado da liberdade foi forjado na experiência do cativo.” Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Ver especialmente: Introdução: Zadig e a história (p. 12-31).

⁸⁸ REIS, João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 23.

contexto marcado “por intensos processos de misturas e significados novos para qualidades e condições transladas e que sofreram adaptações na colônia.”⁸⁹

Tabela 2 – Sexo e cor/etnia dos batizados na Freguesia de Santo Antônio da Jacobina, 1815-1821

Cor/Etnia	Homens	Mulheres	Total
Pardo	696*	620**	1.316
Preto	163	143	324
Africano	16	2	18
Não Identificado	172	145	324
Branco	125	122	247
Mestiços	25	22	47
Cabra	6	4	10
Negro	2	-	2
Tapuya	1	-	1
Mamaluco	1	-	1
Crioulo	-	2	2
Total	1.207	1.085	2.292

Fonte: Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio da Jacobina (AIMSAJ), Livro de Batismo (1815-1818) e (1818-1828).

* Inclui 3 pardos disfarçados.

** Inclui 1 parda disfarçada.

Excluídos os 342 batizados (14,9%) que não tiveram a cor/etnia registrada, salta aos olhos a presença massiva de homens e mulheres qualificados como pardos, somando um total de 1.316 indivíduos (57,4%), além de outros 324 registrados como pretos (14,1%). Nesse cenário, dos 197 escravos que tiveram sua cor/qualidade registrada, 128 eram escravos pretos, 2 negros, 55 pardos, 10 mestiços e 2 cabras.

De todo modo, o que se sobressai é a constatação de que essa era uma sociedade majoritariamente composta por pessoas não-brancas, fortemente marcada pela escravidão, tanto de forma direta quanto indireta. Nesse contexto, cabe perfeitamente a citação de Cacilda Machado, que, embora se refira a outro cenário, diz: 'isso pode sugerir

⁸⁹ A abordagem desse trabalho ampara-se, com ressalvas – no que tange ao local, quantidade de fontes, objetivos e amplitude da pesquisa daquele autor – na noção de dinâmica de mestiçagem levantada para o Recife Colonial. Cf. Cf. SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: mestiçagens e sociedade no Recife Colonial (1790-1810)**. Maceió: EDUFAL, 2018. Cap. 1, p. 39-84.

que parte da população livre era vista ‘com um pé na escravidão’, e/ou que parte da população escrava tinha ‘um pé no mundo dos livres.’⁹⁰

Entre os 258 escravos batizados em Jacobina entre 1815 e 1821 (Tabela 1), apenas 17 eram africanos (6,3%), distribuídos entre 15 senhores, sendo que Antônio José da Silva aparece duas vezes. Oito africanos eram de nações da África Ocidental (Calhabá, Nagô, Tapa, Bornon, Jeje, Haussá) e 6 da África Centro-Ocidental (Benguela, Cabinda, Gabinda e Congo). Outros 3 foram registrados genericamente como sendo da “Costa”. Essa atribuição de “nações” são identidades étnicas que foram criadas e recriadas na diáspora.⁹¹

De modo geral, o que se percebe é que a Jacobina da última década do período colonial está claramente marcada pela *dinâmica de mestiçagem*, que aparece no quadro acima como resultado de um contexto de hierarquias sociais e de intercâmbio entre diferentes povos. Esse cenário de misturas — que abrange pessoas brancas, pretas, pardas, mestiças, cabras e africanas — contribuiu para a formação de classificações étnicas e raciais complexas, como disse Gian Carlo de Melo Silva.⁹²

O baixo número de africanos escravizados indica que a reposição da mão de obra escrava passou a ocorrer pela reprodução natural, sugerindo um processo de crioulização demográfica da escravaria na última década do período colonial. Crioulização demográfica refere-se ao “crescimento da população crioula (crioulo aqui entendido como indivíduo negro de ascendência africana nascido no Brasil)”.⁹³

Não se ignora, todavia, que estava havendo compra de africanos, entretanto, como mostram os dados de origem dos escravos, a grande maioria estava nascendo em território — hoje chamado de — brasileiro. Logo, escravos crioulos.

Raphael Vieira Filho ao estudar os registros de compra, venda e doações de escravos presentes nos Livros de Notas dos Tabeliães de Jacobina (1808-1885) mostra que 89% dos escravos transacionados que tiveram sua cor/origem anotados eram crioulos, contra 10,51% de africanos e 0,49% de tapuias.⁹⁴

⁹⁰ MACHADO, Cacilda. Sobre a cor dos escravos e dos pobres livres da Freguesia de São José dos Pinhais (do século XVIII para o XIX). In: ‘**Usos do Passado**’ — **XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, (2006)**, p. 3.

⁹¹ SILVA JUNIOR, Carlos da. **Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)**. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2011. P. 28-20.

⁹² Cf. SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro**, Cap. 1, p. 39-84.

⁹³ PARÉS, Luís Nicolau. “O processo de crioulização no recôncavo baiano (1750-1800).” In: **Afro-Ásia, Salvador, n. 33**, 2005, p. 88.

⁹⁴ VIEIRA FILHO, **Os negros em Jacobina**, p. 88.

Dentre os escravos batizados no período aqui estudado, apenas 5 não tiveram a origem identificada. Já a quase totalidade dos escravos identificados eram crioulos, nascidos em Jacobina e região – um total de 93,3% – como se pode ver no gráfico abaixo

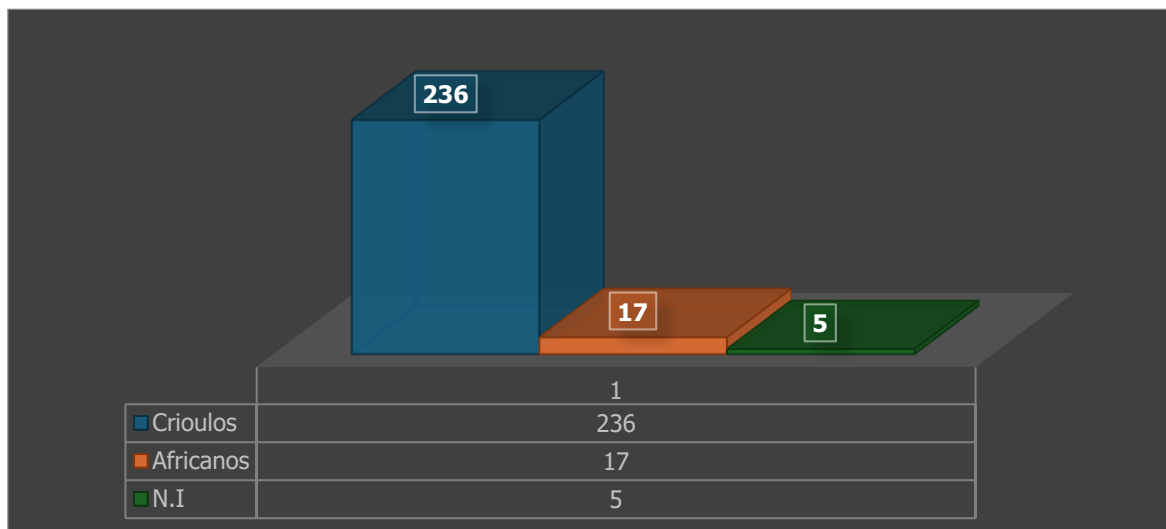


Gráfico 1 - Origem dos escravos batizados entre 1815-1821

Fonte: Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio da Jacobina (AIMSAJ), Livro de Batismo (1815-1818) e (1818-1828).

Na categoria “crioulos” representada no gráfico estão inseridos os pretos, pardos, cabras e mestiços, isto é, escravos nascidos no Brasil, *filhos da terra*. Para Morro do Chapéu oitocentista, Jackson Ferreira identificou, a partir de testamentos e inventários, que entre 1842 e 1887, em um total 259 escravos, 239 eram nascidos no Brasil, ou seja, aproximadamente 92% de escravos crioulos⁹⁵. Isto é, muito próximo ao percentual apresentado no gráfico acima, o que reforça a ideia da reprodução natural

Esses dados, embora aqui com um percentual um pouco mais elevado, não estão muito distantes da escravidão em Rio de Contas oitocentista, onde Kátia Almeida constatou que o padrão demográfico da escravaria era formado por 70% de escravos nascidos no Brasil. Tal qual em Jacobina, esse percentual era formado por pardos, cabras, crioulos, mulatos, mestiços.⁹⁶

Para compreender a formação desses perfis, tanto no que tange a pessoas livres quanto escravas, o cruzamento de fontes, tais como batismo e casamento, dicionários,

⁹⁵ FERREIRA, Gurgalha, p. 168-169.

⁹⁶ ALMEIDA, Alforrias em Rio de Contas, p. 104-105.

somado a discussão bibliográfica nos permite observar um pouco da formação da identidade das categorias expostas nos quadros e gráficos acima. Vejamos alguns casos.

Em Bluteau, o adjetivo “mestiço” aparece como indicador de animais irracionais e de hibridismo, podendo também tratar-se de filhos de pais de diferentes nações.⁹⁷ O exemplo do mesmo utilizado no dicionário é o do indivíduo nascido de pais portugueses e mães indígenas ou vice-versa.

Vejamos um caso da junção em que resulta um indivíduo “mestiço”. Aos 25 de dezembro de 1817, na Igreja Matriz de Jacobina, foi batizado Luis, escravo e “*mestiço*”, filho legítimo de Manoel Pereira de Sancta Anna, supostamente um homem livre, e Luísa, escrava de João de Souza dos Sanctos.⁹⁸ Os pais de Luis casaram-se meses antes, aos 8 de janeiro do mesmo ano.⁹⁹ Manoel, na ocasião, tinha 19 anos, filho natural de Quitéria de Tal, e foi qualificado como sendo “*tapuya*”, ou seja, de etnia indígena, que pode ser entendida sob a categoria de *nação*.¹⁰⁰ Já a escrava Luísa foi qualificada como preta, com 21 anos. Entretanto, ambos eram naturais da freguesia de Jacobina. Esse último aspecto chama mais atenção porque ambos nasceram na América Portuguesa, pertenciam a mesma terra jacobinense, excluindo a possibilidade de ser propriamente africana. Assim como escreveu Bluteau, vê-se que são indivíduos de diferentes *nações*, preto (evidentemente de ascendência africana) e indígena, cuja prole foi qualificada como sendo ‘mestiça’. Entre livres e escravos, foram identificadas ao todo 47 pessoas mestiças.

Passemos, então, aos pretos. Em abril de 1819, foi batizado solenemente na Igreja Matriz de Jacobina o inocente Pedro, qualificado com preto, com três semanas de vida. Filho legítimo de José e Ritta, escravos de Manoel Pinto do Nascimento.¹⁰¹ Seus padrinhos foram Francisco José Pinto e Maria Benta, pessoas supostamente livres. Os pais de Pedro eram escravos africanos, que se casaram no ano anterior, em abril de 1818.¹⁰² Seu pai, José, foi qualificado como sendo de nação jeje, com 22 anos. Ritta, por sua vez, era de nação Angola, com 35 anos. Poder-se-ia dizer, aqui, que todos os “pretos” seriam descendentes de primeira geração de africanos, provavelmente uns poucos eram, mas afirmar precisamente parece pouco convincente quando se nota a fluidez de termos em outros casos, como vemos a seguir.

⁹⁷BLUTEAU, **Vocabulario portuguez, e latino**, p. 455.

⁹⁸AIMSAJ, Livro de batismo, 1815-1818, f. 74.

⁹⁹AIMSAJ, Livro de casamento, 1814-1825, f. 28.

¹⁰⁰Cf. SILVA, **Na cor da pele**, p. 50.

¹⁰¹AIMSAJ, Livro de Batismo, 1819-1836, f. 07v.

¹⁰²AIMSAJ, Livro de Casamento, 1814-1825, f. 41.

Em junho de 1816, também na Igreja Matriz de Jacobina, foi batizado o escravo Prudêncio, filho legítimo de Ignacio e Francisca, escravos de Antônio de Oliveira Barros.¹⁰³ O escrivão Prudêncio foi qualificado como *preto*. No registro de casamento dos seus pais¹⁰⁴, datado de 4 de abril de 1815, consta que “ambos os contrahentes [eram] *cabras*”, sendo Ignacio natural da freguesia do Camisão, e Francisca da freguesia de Jacobina, ou seja, ambos escravos *filhos da terra*, nacionais.¹⁰⁵

No dicionário de Bluteau o termo *cabra* aparece como sendo atribuído aos índios pelos portugueses por tê-los visto “rumiando como cabras”, ou seja, cabra aqui refere-se aos animais da espécie dos caprinos.¹⁰⁶ Não é o caso. Com Moraes e Silva, lê-se que a definição do termo indica “o filho, ou filha de pai mulato, e mãe preta, ou à avessas.”¹⁰⁷ Entende-se que o cabra seria filho de pais não-brancos. Para Stuart Schwartz, cabra seria um mestiço da relação entre índio e negro.¹⁰⁸ Gian Silva explica que ao longo do século XVIII, o termo cabra deixou de ser definido simplesmente como o animal e passou a representar uma “qualificação que remetia a um grupo, talvez um grupo em que fosse representativa uma mistura que trazia uma nova tez”, uma tez que não necessariamente se enquadraria como crioulo ou pardo.¹⁰⁹ Em trabalho anterior, o autor chega a cogitar que o termo foi utilizado para caracterizar pessoas com semelhança indígena.¹¹⁰

É importante lembrar que no inventário de João Sahagem de Miranda, o escrivão Olegário foi qualificado como sendo cabra, ao passo que dez anos antes, quando do seu batismo, ele aparece como sendo preto. A mesma confusão parece ocorrer com sua mãe, que no inventário foi registrada primeiro como *cabra*, e em seguida o escrivão corrigiu “aliás, crioula”. Ou seja, esses termos parecem ter sido fluidos, mas indicativos de escravos nascidos na América, nesse caso em terras jacobinenses, afinal, crioulo em Moraes Silva refere-se ao “Escravo, que nasce em casa do senhor.”¹¹¹

¹⁰³ AIMSAR, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 35.

¹⁰⁴ AIMSAR, Livro de Casamento, 1814-1825, f. 10v.

¹⁰⁵ A Freguesia de Santana do Camisão é a atual cidade de Ipirá.

¹⁰⁶ BLUTEAU, **Vocabulário portuguez & latino**, p. 21.

¹⁰⁷ SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Raphael. **Diccionario de língua portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. p. 314. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>.

¹⁰⁸ SCHWARTZ, **Segredos Internos**, p. 213.

¹⁰⁹ SILVA, **Na cor da pele**, p. 74.

¹¹⁰ SILVA, **Um só corpo, uma só carne**, p. 195.

¹¹¹ MORAES SILVA, **Diccionario de língua portuguesa**, p. 496.

Então, nota-se que não há um padrão nessas classificações, são termos fluidos, mas certamente importantes para hierarquia social da sociedade colonial. Não parece plausível concluir que o escravo Prudêncio, preto e filhos de pais cabras era de uma primeira geração de africanos nascidos na América.

Diante disso, compreende-se que a sociedade jacobinense, de modo geral, e a escravidão em particular, estavam experimentando um processo de mestiçagem no século XIX, consequência da baixa economia para a aquisição de africanos, somado ao contato e misturas entre povos de diferentes nações e regiões, com uma forte influência das culturas africana, europeia e, em menor escala, indígena. Além disso, destaca-se a reprodução natural das escravarias.

Um dos grandes intérpretes da História brasileira afirmou que “Todo o brasileiro, mesmo o mais alvo [...] traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro.”¹¹² Em alguma medida, é o que se vê aqui.

Os casos apresentados acima mostram-se relevantes pela capacidade de informações que podem ser extraídas, revelando aspectos fundamentais da composição social daquela sociedade. Mostram, assim, a riqueza do cruzamento das fontes paroquiais para os estudos históricos, que merecem mais atenção em trabalhos posteriores.

Capítulo 3 – Uma Jacobina escravista através de registros paroquiais

Os estudos sobre a família escrava têm se revelado, desde pelo menos o último quartel do século XX, de grande valia para o avanço da historiografia sobre escravidão. Isto porque, sendo também os escravos parte importante na formação do Brasil, os estudos da família cativa têm demonstrado a diversidade de constituição de vínculos familiares daqueles sujeitos. Vínculos que ultrapassaram a consanguinidade, formados através redes de parentesco extensas, formais e consensuais, verticais e horizontais, que envolveram interesses e estratégias variadas.

¹¹² FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, p. 307.

Isabel Reis aponta que esses laços de sociabilidade se tornaram uma instituição importante para os escravos, especialmente enquanto forma de articulação de redes de solidariedade.¹¹³ Um dos grandes estudiosos do tema argumenta que a família cativa não se reduzia somente a estratégias e projetos em torno dos laços de parentesco. Para Robert Slenes, esses laços foram importantes enquanto expressão de um mundo mais abrangente, a partir das “esperanças e recordações” dos cativos, formando, assim, uma identidade nas senzalas.¹¹⁴

Aqui, a partir das fontes paroquiais, busca-se esboçar algumas dessas formas de sociabilidade, suas formas e práticas. Primeiro, analisa-se de que modo as famílias escravas eram formadas por meio do registro de filiação dos cativos batizados, buscando identificar os vínculos formais e consensuais da família cativa. Em seguida, são analisados os vínculos de compadrio entre escravos e livres. Mais adiante, observa-se também como estava distribuída as escravarias entre as povoações jacobinenses. E, por fim, são apresentados os casos de alforria que foram identificados nas fontes, revelando, quando foi possível, algumas das justificativas para a liberdade.

3.1 Fragmentos da família escrava

No que tange aos sertões da Bahia, boas demonstrações foram dadas por Jackson Ferreira sobre a família escrava no Morro do Chapéu oitocentista, a exemplo da família da escrava Claudina, parte da escravaria do casal Soares da Rocha. O historiador conseguiu identificar nove filhos de Claudina, fruto de dois relacionamentos, e afirmou que a família dessa escrava era “extensa [...] formada por escravos, libertos, livres e ingênuos.” Ademais, afirmou também que, no geral, “os escravos do casal Soares da Rocha se uniram formal ou consensualmente entre si e com dependentes livres e libertos das suas fazendas e mesmo de outros espaços.”¹¹⁵

Aqui, entretanto, não buscamos diretamente mapear quantos filhos tiveram cada escrava, tampouco quem foram os pais de seus filhos. Ao menos não nesse trabalho, afinal

¹¹³ REIS, Isabel. “Família escrava”, In: SCHWARTZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 225-229.

¹¹⁴ SLENES, Robert W. **Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 59.

¹¹⁵ FERREIRA, **Gurgalha**, p. 170-176, citação à p. 176.

isso pode e certamente será feito em trabalhos posteriores. Assim, buscou-se identificar de que modo aparece nas fontes a constituição familiar escrava a partir da filiação dos batizados e de que modo difere da família de pessoas livres. Na tabela abaixo podemos contemplar essas informações.

Tabela 3 - Filiação dos batizados em Jacobina (1815-1821)

	Livres		Escravos		Libertos		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Natural	571	28,2	203	78,7	11	0,48	785	34,2
Legítimo	1.436	71,0	33	13,0	-	-	1.469	64,1
Exposto	9	0,4	-	-	-	-	9	0,4
Ausente	7	0,3	22	9	-	-	29	1,3
Total	2.023	88,3	258	11,3	11	0,4	2.292	100

Fonte: AIMS AJ, Livro de Batismo (1815-1818) e (1818-1828).

Observa-se na tabela que o maior percentual de filhos legítimos era de pessoas livres, acima de 70%, em contraste com os filhos de escravos, cujo percentual ficou abaixo de 15%. Conforme Katia Mattoso, o direito português reconhecia três tipos de filiação: legítimo, legitimado e natural.¹¹⁶ Nesse sentido, seguindo as recomendações das *Constituições Primeiras*, o escrivão registrou que 203 (78%) filhos das escravas eram naturais. Por “natural”, entende-se que o batizado não era “havido de legítimo matrimônio” realizado pela Igreja Católica, podendo também haver a omissão do pai quando “houver escândalo”, visando evitar contradições com a moralidade cristã.¹¹⁷

Nessa perspectiva, o percentual 78% de filhos naturais das escravas revela que a quase totalidade das mães cativas tiveram suas proles a partir de relações consensuais, como os estudos clássicos e recentes têm demonstrado. Apontou Katia Mattoso que “ilegitimidade e bastardia eram traços característicos da Bahia de Todos os Santos.”¹¹⁸

Entretanto, esse último aspecto não foi limitado à Bahia. Outrossim, as características da escravidão no Brasil variaram de local para local, com semelhanças e

¹¹⁶ MATTOSO, Katia. *Bahia Século XIX - Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 133.

¹¹⁷ VIDE, *Constituições primeiras*, p. 28-31.

¹¹⁸ MATTOSO, *Bahia, Século XIX*, p. 160-165.

singularidades. Disse Marc Bloch que não há “conhecimento verdadeiro sem uma certa escala de comparação”¹¹⁹, assim, a aproximação com outros estudos sobre escravidão brasileira mostra-se relevante para compreender melhor as faces da escravidão em Jacobina.

No estudo realizado por Maria Cristina de Vasconcellos sobre uma comunidade do Mambucaba (Angra dos Reis), a autora identificou dados que em muito se assemelham a Jacobina. Entre 1830 e 1849, ela constatou que 27,3% dos escravos eram filhos legítimos ao passo que 72,7% eram ilegítimos.¹²⁰ Esses números contrastam, aqui e lá, com os dados percentuais do estudo de Antônia Mota para o Maranhão oitocentista, onde quase 40% dos filhos de escravos eram legítimos.¹²¹ Em Jacobina, entre 1815 e 1821, apenas 13% dos filhos de escravos eram legítimos.

No entanto, esse dado não deve ser subestimado, pois a historiografia tem destacado as vantagens materiais que eram concedidas aos escravos que conseguiam se casar. Conforme Slenes, os escravos buscavam oportunidades dentro das limitações do escravismo. Para esse autor, ao considerar o casamento, os escravos manipulavam as condições de seu espaço para alcançar metas materiais e culturais, embora modestas, mas significativas em seu contexto.¹²² Do mesmo modo, afirmou Mattoso que “a união legal conferia [...] a respeitabilidade necessária e a uma assimilação, que facilitava a conquista de uma posição melhor para os filhos.”¹²³

Os dados revelam a existência de uma família cativa em Jacobina, com singularidades e semelhanças em relação às práticas escravistas em outras partes do Brasil. A quase totalidade das mães escravas teve seus filhos por meio de relações consensuais, embora uma parcela menor tenha se esforçado para formalizar casamentos e constituir lares. Esses fragmentos desvelam as formas de interação e sociabilidade que moldaram a sociedade oitocentista em Jacobina.

¹¹⁹ BLOCH, Marc. **A Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 65.

¹²⁰ VASCONCELLOS, Maria Cristina de. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). In: **Afro-Ásia**, 28 (2002), p. 161.

¹²¹ MOTA, Antônia da Silva. Batismos, família e escravidão no Maranhão colonial. In: **Afro-Ásia**, 55 (2017), p. 9-34

¹²² SLENES, **Na Senzala, Uma Flor**, p. 183.

¹²³ MATTOSO, **Bahia, Século XIX**, p. 145.

3.2 Compadrio, o parentesco ritual

A dinâmica social dos Antigos Impérios Ibéricos era fundamentada em hierarquias de pensamento que se subordinavam a hierarquias cosmogônicas, refletindo a filosofia tomista.¹²⁴ Pensando especialmente no Antigo Regime Português, a Igreja Católica produziu e veiculou discursos que legitimaram a escravidão.¹²⁵

Nessas sociedades onde os princípios religiosos, assim como a honra e o prestígio social, eram fundamentais, havia uma preocupação com o batismo das crianças e da sociedade em geral. Um exemplo disso é que mandava-se batizar os africanos escravizados. Como destacou Líbano Soares com base nas *Constituições Primeiras*, “o batismo era o primeiro sacramento recebido pelos escravos africanos em terras da América e simbolizava sua entrada na Igreja Católica.”¹²⁶ Isso porque a crença da salvação da alma determinava que nenhum homem sem o batismo entraria no céu.¹²⁷ Assim, na percepção de mundo dos católicos, importava que, não apenas os africanos, mas sim que a totalidade da população fosse batizada.

Desse modo, a análise da tabulação dos dados da sociedade jacobinense batizada entre 1815 e 1821 permite que possamos compreender de que modo foram constituídos os vínculos de parentesco espiritual entre livres, libertos e escravos. De antemão, importa salientar que por “livres” foram considerados os indivíduos registrados sem nenhuma menção à condição social, afinal, por se tratar de uma sociedade hierarquizada que “tinha na naturalização das diferenças um de seus alicerces básicos”¹²⁸, raramente um indivíduo que tinha relação com o escravismo era registrado sem menção a condição jurídica.

¹²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 38-39.

¹²⁵ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. “Os processos de habilitação sacerdotal dos homens de cor: perspectivas metodológicas para uma História Social do catolicismo na América Portuguesa”. In: organização FRAGOSO, João; Roberto GUEDES e SAMPAIO, Antônio Carlos Juca de. **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção do corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 329.

¹²⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Sacramento ao pé do mar: batismo de africanos na freguesia da Conceição da Praia, Bahia, 1700-1751.” In: Cândido Domingues, Carlos Eugênio Líbano Soares e Carlos da Silva Jr. **Africanos na cidade da Bahia: tráfico negro, escravidão e identidade africana-século XVIII**. Cruz das Almas, EDUFRB; Belo Horizonte, Fino Traço, 2016. p. 129.

¹²⁷ RUSSEL, **A filosofia católica**, p. 192.

¹²⁸ AGUIAR, Júlia Ribeiro. “Pardos e forros: a gente da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII)”. In: organização GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História social em registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 120.

Tabela 4 – Condição jurídica dos padrinhos e madrinhas dos escravos batizados em Jacobina (1815-1821)

	Padrinhos	Madrinhas	Total
Livre	210 (47,4 %)	186 (42 %)	396 (89,4 %)
Escravo (a)	29 (6,5 %)	16 (3,6 %)	45 (10,1 %)
Liberto (a)	1 (0,2 %)	1 (0,2 %)	2 (0,4%)
Total	240 (54,0 %)	203 (46%)	443 (100%)

Fonte: AIMS AJ, Livro de Batismo (1815-1818) e (1818-1828).

Observa-se na tabela acima que os vínculos de compadrio na Jacobina escravista foram estabelecidos tanto de forma vertical quanto horizontal, envolvendo a comunidade escrava e a comunidade de livres e libertos. Destaca-se que, dos 258 escravos batizados, a quase totalidade teve padrinhos e madrinhas livres (89%), enquanto apenas uma pequena parte consistiu em escravos (10%), com apenas dois libertos (0,4%) identificados durante o sacramento. O que se sobressai é o fato de que a maioria do apadrinhamento foi realizada por indivíduos que não eram escravos, indicando um movimento ascendente nas relações sociais.

A nível de comparação, no estudo realizado por Espindola e Pereira sobre compadrio e família na região de Minas Gerais oitocentista, as autoras identificaram uma preferência por padrinhos livres, mas em um percentual de apenas 58%, significativamente inferior ao observado em Jacobina.¹²⁹

Sobre a escolha dos padrinhos, Gudeman e Schwartz afirmam que a exclusão dos senhores como padrinhos dos filhos escravos decorre de um conflito entre os idiomas das instituições de compadrio e escravidão. O compadrio é um vínculo criado na igreja, mas que se desenvolve fora dela. Além do mais, sugerem que a escolha seria sempre preferencialmente ascendente.¹³⁰ Martha Hameister corrobora com essa ideia. Para a autora, os vínculos constituídos a partir do compadrio com pessoas de estatuto sociais diferentes estão para além do espiritual, envolvendo dimensões políticas e estratégicas.¹³¹ Espindola e Pereira, por sua vez, argumentam que os vínculos construídos entre livres e

¹²⁹ ESPINDOLA, Elisabete Maria; PEREIRA, Viviane Tamiris. “Memórias, vestígios e trajetórias que compõem a história de famílias cativas Conceição dos Ouros, Sul de Minas Gerais”. In: **Anais do I Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS**. Belo Horizonte, 2012, p. 347-361.

¹³⁰ GUDEMAN e SCHWARTZ, “Purgando o pecado original”, p. 41

¹³¹ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do rio grande (1738-1763)**. Tese (Doutorado em História), UFRJ, 2006, p. 446-454.

escravos poderiam servir de “atalho” para a liberdade e outros “favores possíveis”, ao passo que entre a comunidade escrava serviu para a criar ou reforçar laços.¹³² Essas análises podem ser aplicadas a este estudo, entendendo que a escolha dos padrinhos, muitas das vezes, refletiu autonomia escrava.

A Tabela 4 mostra que a maioria dos apadrinhamentos ocorreu de forma ascendente, com raras exceções de senhores que também eram padrinhos, totalizando apenas três casos em Jacobina. O primeiro foi em 1815, quando Manoel Corrêa de Moraes Cortes apadrinhou Rita, filha natural de sua escrava Thomazia, sem madrinha.¹³³ O segundo ocorreu em 1816, com o Capitão-mor Antônio Lopes Cesar apadrinhando Luísa, filha legítima de seus escravos Therêza e José, em um momento de urgência, já que Luísa estava em perigo de morte.¹³⁴ O terceiro caso, em fevereiro de 1818, envolveu José Corrêa de Miranda apadrinhando seu escravo africano João, que, sendo recém-chegado, não tinha autonomia para escolher um padrinho, o que reforça a prerrogativa senhorial.¹³⁵

Os vínculos verticais foram certamente importantes, mas os horizontais também desempenharam um papel crucial na formação de laços de solidariedade entre a comunidade escrava. Para Gudeman e Schwartz, “os escravos usaram o compadrio para garantir um possível aliado ou protetor”, de tal modo que, “um padrinho livre residindo na vizinhança representava vantagens para os escravos [...] de maior peso que aquelas propiciadas por amizades íntimas ou laços de família.”¹³⁶ Um padrinho poderia, por exemplo, buscar resolver um conflito entre o seu afilhado escravo e o senhor. Nessa perspectiva, Maria Cristina Vasconcellos argumenta que escolher um padrinho, livre ou escravo, representava uma aliança sociopolítica, visando solidariedade e proteção.¹³⁷ Partilham também dessa visão Maria Espindola e Viviane Pereira. Para as autoras, os vínculos entre livres e escravos podiam funcionar como um “atalho” para a liberdade e outros benefícios, enquanto, dentro da comunidade escrava, esses laços ajudavam a criar ou reforçar relações de solidariedade.¹³⁸

¹³² ESPINDOLA e PEREIRA, “Memórias, vestígios e trajetórias”, p. 359-360.

¹³³ AIMSAR, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 01v.

¹³⁴ AIMSAR, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 33.

¹³⁵ AIMSAR, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 76. Sobre essa ideia da prerrogativa senhorial, cf. VASCONCELLOS, “O compadrio entre escravos”.

¹³⁶ GUEDEMAN e SCWHARTZ, “Purgando o pecado original”, p. 47.

¹³⁷ VASCONCELLOS, “O compadrio entre escravos”, p. 153-178.

¹³⁸ ESPINDOLA, Elisabete Maria; PEREIRA, Viviane Tamiris. Memórias, vestígios e trajetórias que compõem a história de famílias cativas Conceição dos Ouros... p. 359-360.

Assim, vejamos um esboço dos laços de compadrio na Jacobina oitocentista.

Em 07 de setembro de 1817, na Capela do Santíssimo Coração de Jesus, o Reverendo Frei Francisco de Nossa Senhora do Carmo batizou Antônio, nascido em 12 de agosto, filho legítimo de José, escravo de José Corrêa de Miranda, e Felícia, escrava de Anna Alexandrina.¹³⁹ Felícia faleceu dias depois do nascimento do seu filho, em 21 de agosto, muito provavelmente de complicações do parto.¹⁴⁰ Na ocasião do sacramento, foram padrinhos Francisco, escravo de Vicente Policarpo, e Clara Joaquina, escrava de Anna Josefa. Ou seja, todos os envolvidos possuíam a mesma condição jurídica. O caso demonstra a mobilidade das escravarias, visto que os pais eram casados e escravos de diferentes senhores, assim como os padrinhos. Essa horizontalidade demonstra também a formação dos laços de solidariedade.

Dois anos antes, em julho de 1815, o mesmo casal de escravos teve um filho de nome André, preto, este foi batizado no lugar denominado *Agoa Branca* [sic] da Freguesia de Jacobina.¹⁴¹ O sacramento foi celebrado pelo Reverendo José Vitôr Barberino. Na ocasião, foram padrinhos Bernardino Pereira e Luiza Gonzaga, supostamente pessoas livres.

Em 1816, na Matriz de Jacobina, um dos “homens notáveis” aquele “de espírito luminoso”, que foi deputado da província entre 1830 e 1840, o coronel Manuel Fulgencio de Figueiredo, tido como o responsável pelo desenvolvimento da “civilização, commercio e lavoura [sic]”¹⁴² do município, apadrinhou o inocente Antônio, pardo, filho de Hemilliana, escravos de “Therêza de Tal, viúva de Francisco José de Miranda.”¹⁴³ Foi madrinha por procuração Helena Roza do Espírito Santo. Padrinhos livres.

O Coronel Fulgencio aparece como padrinho seis vezes no período estudado, apenas no caso citado acima apadrinhou um escravo. Esse fato levanta questões sobre a natureza da relação entre ele e a escrava, assim como os critérios para essa escolha. Interessante notar também a importância na escolha da madrinha, que não podendo estar presente foi representada por procuração. A fonte não fornece respostas, mas o caso é

¹³⁹ AIMS AJ, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 67v.

¹⁴⁰ AIMS AJ, Livro de Óbito, 1814-1826, f. 31v.

¹⁴¹ AIMS AJ, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 12.

¹⁴² Cf. Biblioteca Nacional (Brasil), Hemeroteca Digital: **Almanak do Estado da Bahia: Administrativo, Indicador e Noticioso (BA) - 1898 a 1903**. Quarta Parte – Almanak do Estado da Bahia, 1899/Edição 0001, p. 594.

¹⁴³ AIMS AJ, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 37v.

significativo por evidenciar a formação de laços verticais entre escravos e livres, sobretudo por se tratar de uma figura de prestígio que possivelmente partilhava relações com a família senhorial.

No dia 1º de janeiro de 1817, também na Matriz de Santo Antônio de Jacobina, foi batizado o pardo Joaquim, com seis dias de vida, filho natural de Therêza, escrava de Dona Anna Guilhermina. Os padrinhos de Joaquim foram o também “notável” Capitão Miguel Alves Brandão e Roza Alexandrina.¹⁴⁴ Vê-se nesse caso que a preferência de padrinhos foi totalmente ascendente. Sendo uma escolha da mãe do rebento, certamente o fez pensando nos benefícios que essa união poderia agregar ao seu filho, quiçá a si mesma.

Vejamos um caso em que os padrinhos possuíam estatutos sociais diferentes. Aos três dias do mês de março de 1817, na Matriz de Jacobina, com a permissão do Vigário, o Reverendo Francisco Manoel Dantas Coelho batizou Felisberta parda, filha natural de Josefa, escravos de Josefa Francisca Freire, na ocasião foram padrinhos o casal Izidoro Bento, forro, e Maria Victoria, escrava de Dona Rosa Guilhermina Dantas.¹⁴⁵

Izidoro e Maria são personagens que aparecem mais de uma vez nos assentos de batismo. Inclusive, no ano anterior, em dezembro de 1816, apadrinharam Martinho, preto, filho natural de Thomazia de Tal, supostamente livres.¹⁴⁶ Isso ocorreu na Capela de São Miguel das Figuras, onde Maria Victoria foi representada através de uma procuração. É plausível pensar que talvez a madrinha Maria, na condição de escrava, não tenha conseguido permissão para o deslocamento.

O curioso é que, apesar de estarem inseridos na escravidão, batizaram o filho de alguém supostamente livre. Uma hipótese é que a família de Martinho não fosse abastada e mantivesse relações com escravos, ou mesmo que se outrora Thomazia fora escrava, manteve seus vínculos de amizade. Na ocasião do batismo, os padrinhos foram registrados sem menção à sua condição social, sugerindo que fossem livres; essa informação só foi confirmada quando o casal aparece novamente no batismo no ano seguinte.

Em suma, os casos apresentados ilustram os arranjos familiares e as formas de sociabilidade da comunidade escrava em Jacobina no século XIX. Observou-se que havia

¹⁴⁴ AIMS AJ, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 50v.

¹⁴⁵ AIMS AJ, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 55v.

¹⁴⁶ AIMS AJ, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 49v.

padrinhos e madrinhas com destaque na sociedade, reconhecidas por seus títulos e prestígio. Isso ressalta a diversidade dos vínculos estabelecidos entre indivíduos com diferentes status jurídicos, incluindo casais e padrinhos, tanto livres quanto escravos. Essas interações não apenas evidenciam a autonomia dentro das escravarias, mas também a relevância dos laços de parentesco ritual.

Diante disso, temos então um esboço do cenário social daquela região, da Jacobina escravista do oitocentos, formada por livres, libertos e escravos que interagem entre si. Mais um ponto. Talvez o leitor não tenha notado, afinal isso não foi enfatizado, mas um aspecto importante que aparece nos textos, desde o capítulo anterior, é a existência de muitas senhoras de escravos. No banco de dados essa informação ganha destaque e poderá servir de problema para um estudo comparativo e mais amplo *a posteriori*. Ademais, os outros elementos apresentados podem servir de ponto de partida para estudos mais apurados sobre trajetórias de escravos e *egressos* da escravidão.

3.3 Geografia da escravidão

A alimentação do banco de dados possibilitou um mapeamento ágil da distribuição da escravaria na Freguesia de Santo Antônio da Jacobina. Parte-se da premissa de que os escravos batizados — principalmente as crianças e, em menor número, os adultos — residiam nas proximidades do local onde ocorreu o sacramento.

A análise foi realizada a partir da identificação e levantamento dos registros tanto na Matriz de Jacobina quanto nas capelas, casas e fazendas da região. Os dados representados no gráfico referem-se apenas aos batizados.

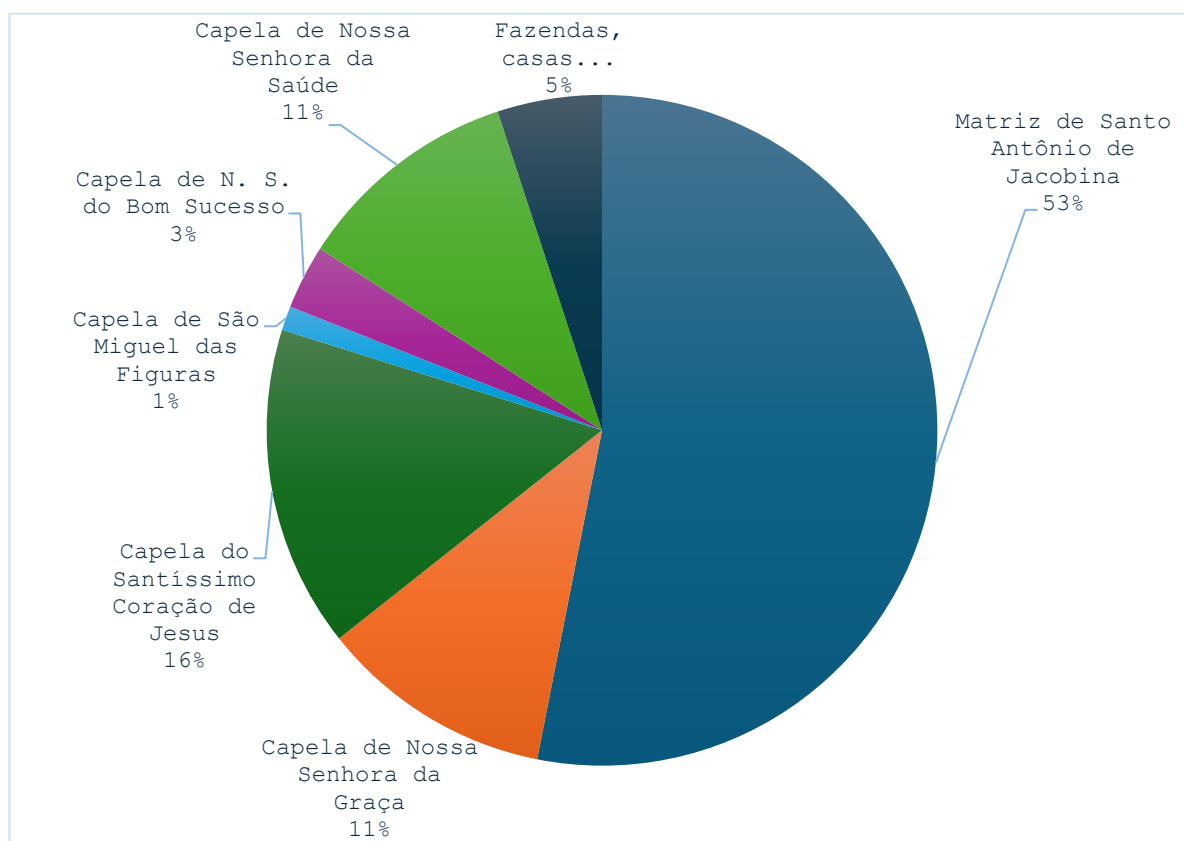


Gráfico 2 – Distribuição espacial dos escravos batizados na Freguesia de Santo Antônio da Jacobina (1815-1821)

Fonte: AIMS AJ, Livro de Batismo (1815-1818) e (1818-1828).

A presença de escravos nos registros de batismo é quase universal entre os locais analisados, variando de expressiva a sutil. Excetuam-se algumas povoações que, à época, apenas obtiveram licença para batismos em situações de risco de morte ou similares.

Embora o Arraial do Brejo possuísse uma capela, não foi incluído no gráfico, uma vez que não há registros de batismos de escravizados. A única menção à escravidão ocorre em um caso específico, no qual um escravo, casado com uma liberta, é mencionado como pai. Henrique, aparece no registro do batismo de sua filha, Maria, com sua esposa, Maria Angélica, forra. O Frei Francisco de Nossa Senhora do Carmo escreveu que Maria foi “baptizada em caza por Jozé Fernandes emperigo de vida, [com] Idade de dois annos. [sic].”¹⁴⁷ Os pais de Maria vivenciaram a realidade escravista naquele lugar. Maria, talvez não.

¹⁴⁷ AIMS AJ, Livro de Batismo, 1815-1818, f. 02v.

Observa-se no gráfico que a maioria dos escravos habitavam a sede da freguesia, um total de 137 escravos. Em segundo lugar, 40 escravos foram batizados na Capela do Santíssimo Coração de Jesus, que tudo indica tratar-se atualmente da região correspondente à Vila de Itaitu, outrora Freguesia do Coração de Jesus do arraial do Riachão.¹⁴⁸

Entre os outros arraiais, 29 escravos foram batizados na Capela de Nossa Senhora da Graça, que corresponde ao atual município de Morro do Chapéu. Na Capela de Nossa Senhora da Saúde, correspondente ao atual município de Saúde, foram batizados 28 escravos. O arraial com menos batizados de escravos foi onde estava situada a Capela de São Miguel das Figuras, cujas ruínas ficam no atual município de Caem. Ali, apenas 3 dos 24 batismos realizados foram de escravos.

O percentual restante de 5% está distribuído entre casas e fazendas da região. Nessa análise, 7 escravos foram batizados na localidade de Canabrava, com 1 registro na casa do Capitão Manoel Teixeira de Carvalho e 1 na Fazenda Canabrava. Esta povoação, especialmente a fazenda, acredita-se que corresponde à área do atual município de Miguel Calmon, que antes pertencia aos Guedes de Brito e foi posteriormente desmembrada de Jacobina em 1924.¹⁴⁹ Os demais identificados ocorreram 1 na Fazenda Santo Antônio, 2 na Agoa Branca, 2 na Vareda do Romão.

Em suma, a análise mostra que a escravidão estava amplamente distribuída pela Freguesia de Jacobina, com destaque para a sede, onde a maioria dos batismos de escravos ocorreu.

3.4 O sacramento e a liberdade: as alforrias na pia

¹⁴⁸ As informações sobre os atuais municípios correspondentes nesse tópico têm por base o cruzamento das seguintes fontes: Cf. FREIRE, **História Territorial do Brasil**, p. 228. Ver também a biblioteca do IBGE, disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31328&view=detalhes> >; Sobre Itaitu, ver esse blog que exalta a beleza e História da Vila: <https://itaituetuwebdoc.wixsite.com/itaituetu/home> >.

¹⁴⁹ Essa informação tem por base a combinação das seguintes fontes: a) informações extraídas da Biblioteca do IBGE; b) periódicos que mencionaram o pertencimento à Jacobina e a distância do antigo distrito c) homenagens nas efemérides da emancipação política da ALBA; d) sites sobre o município. Ver, respectivamente: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=35783&view=detalhes> >; Hemeroteca Digital: **Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940**. Estado da Bahia – Estados e Municípios. Vol. III, 1930/Edição C00086, p. 323-324. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=105243>; [https://www.al.ba.gov.br/midiacenter/noticias/57694#:~:text=Fundada%20em%20de%20Ago%20tamb%C3%A9m%20para%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de](https://www.al.ba.gov.br/midiacenter/noticias/57694#:~:text=Fundada%20em%20de%20Ago%20tamb%C3%A9m%20para%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de;); <https://rededeatores.com.br/cidadesempreendedoras/municipio/ba-miguel-calmon>

Na história da escravidão brasileira, até a Lei do Ventre Livre (1871), não havia prerrogativas jurídicas que permitissem aos escravos conseguir a liberdade, mas a historiografia tem demonstrado que havia várias formas de sair do jugo do cativeiro. De acordo com João José Reis, o Brasil foi a região que mais alforriou escravos nas Américas. Diferente dos Estados Unidos, aqui não se contestava o direito de os senhores alforriarem os seus cativos. Dessa forma, explica que houve várias modalidades de alforria: “Podiam ser gratuitas ou onerosos, com ou sem condições, pagas em dinheiro ou espécie, em ouro, prata, gado, colheita e até... escravos.”¹⁵⁰

Ou seja, embora não houvesse uma determinação jurídica, entende-se que mediante acordos construídos nas relações escravistas foi possível conquistar a liberdade. Nesse sentido, uma das muitas formas de promoção à liberdade no Brasil foi a alforria da Pia Batismal.¹⁵¹ No quadro abaixo pode-se vislumbrar os casos identificados que foram identificados em Jacobina, assim como os motivos envolvidos.

Quadro 4 – Casos de liberdade nos assentos de batismo, 1815-1821

Data	Liberto (a)	Local	Padrinho	Madrinha	Motivo
01/05/1815	Joaquim	Capela de N. S. do Bom Sucesso	Manoel de Jesus	Maria Antônia	"foi forro pelo padrinho"
29/10/1815	Iria	Matriz de Santo Antônio	José do Rego	Maria Nicacia de Jesus	"forra em pia"
15/12/1816	Rosa	Capela N. S. da Graça	Luiz Gramacho	Maria Luísa de Assumpção	"disse ser sua filha e por isso a forrava na Pia"
20/05/1817	Clemencia	Matriz de Santo Antônio	Capitão Mauricio Bruno de Carvalho	Maria Aniceta	"mandada por seu Senhôr Baptizar forra na Pia"

¹⁵⁰ REIS, João José. 'Por sua liberdade me oferece uma escrava': alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. In: *Afro-Ásia*, n. 63 (2021), p. 233. Sobre o assunto, ver também CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia – Século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012; PAIVA, Eduardo França. "Alforrias", In: SCHWARTZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 92-98.

¹⁵¹ Alforria de pia é a prática de "Manumissão do escravo feita na época do nascimento, especificamente na pia batismal. A pessoa assim liberta era chamada 'forra de pia'." cf. MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2004. p. 24.

25/12/1817	Francisco	Capela de N. S. da Saúde	Padre José Malaquias Alvares de Almeida	Maria Joaquina	"mandado forrar na Pia por seus senhores pela quantia de vinte [...] mil réis "
28/04/1818	José	Capela do Santíssimo Coração de Jesus	Antonio Lucarcino	-	"mandado baptizar por forro na Pia pelo ditto senhor"
03/10/1818	Anna	Capela do Santíssimo Coração de Jesus	José Bartholomeo de Almeida	Potencianna Rosa	"Forra na Pia"
20/05/1819	Adeodacta	Matriz de Santo Antônio	Aprigio José de Sousa	Joanna Maria da Purificação	"mandada baptizar por forra na pia"
27/09/1820	Izidora	Vareda do Romão	-	Joanna Pereira	Não esclarece, apenas registrada como "forra"
27/09/1820	Martinho	Vareda do Romão	Manoel Marques de Almeida	Antônia Pereira	Não esclarece, apenas registrado como "forro"
05/02/1821	Francisco	Matriz de Santo Antônio	Luiz Pereira da Rocha	Francisca Maria do Espírito Santo	"baptizado por forro no Pia por ordem se seu senhor"

Fonte: AIMS AJ, Livro de Batismo (1815-1818) e (1818-1828).

Entre 1815 e 1821, foram identificados onze casos de alforria na pia. Os dados sobre a manumissão na Jacobina da última década do período colonial mostram que a promoção à liberdade foi uma prática frequente em diferentes locais da freguesia. Esse aspecto também foi notado por Vieira Filho, que identificou “bons serviços”, “amor de criação; presente de casamento da escrava” e mesmo por substituição os motivos para a promoção à liberdade.¹⁵²

Aqui, embora os motivos nem sempre estejam claramente registrados, os casos em que são mencionados — como questões econômicas, paternidade e compadrio — são fundamentais para corroborar a complexidade dos acordos costumeiros que envolviam a alforria

Além da prerrogativa senhorial de alforriar, as relações de afinidade e consanguinidade também evidenciam as dinâmicas sociais e os costumes da época, destacando como esses laços influenciavam a concessão da liberdade e refletiam a estrutura da sociedade jacobinense.

Observa-se que no primeiro caso, Joaquim foi batizado por seu padrinho, Manoel de Jesus, que era um homem livre, sugerindo que Manoel pode ter desempenhado um

¹⁵² VIEIRA FILHO, *Os negros em Jacobina*, ver capítulo 3: A conquista da liberdade, p. 113-136.

papel significativo na conquista da liberdade de Joaquim. O caso reforça a importância do compadrio.

Em 1817, na Capela de Nossa Senhora da Saúde, Francisco, pardo, filho de Maria, escrava, teve sua liberdade comprada por uma quantia paga em moeda corrente a Maria Izabel, proprietária da sua mãe. Não se sabe quem pagou essa quantia, mas chama atenção que o padrinho de Francisco foi o Reverendo Capelão José Malaquias Alvares de Almeida, um homem de ocupação prestigiosa. No caso de Clemência, no mesmo ano, ganha destaque também a presença do padrinho, o Capitão Mauricio Bruno de Carvalho, ou seja, vínculos constituídos com homens de títulos, que ocupavam posições importantes naquela sociedade.

Em 27 de setembro de 1820, foram registrados na Vareda do Romão dois casos de alforria: Izidora, com Joanna Pereira sendo madrinha, e Martinho, cujo padrinho foi Manoel Marques de Almeida e madrinha Antônia Pereira. Ambos os registros não esclarecem os motivos da promoção à liberdade, limitando-se a anotá-los como "forros", o que levanta questões sobre as circunstâncias de suas alforrias.

Um dos casos mais notáveis foi o de Rosa, filha de um senhor de escravos, que a alforriou durante o batismo em 1816, na Capela Nossa Senhora da Graça. Rosa, preta e filha de Cyprianna, escrava de José Marques, teve sua paternidade reconhecida, indicando que sua segurança estava, de alguma forma, garantida.

A História Social tem demonstrado que as uniões consensuais entre escravas e senhores por vezes beneficiaram a ambos. Isso não sugere, entretanto, atenuar a escravidão, negar a violência e o sadismo desse sistema econômico que dividiu a sociedade entre senhores e escravos, isso já foi ressaltado há quase um século por Gilberto Freyre.¹⁵³ Significa recuperar a historicidade do passado. Conhecer relações, estratégias, formas sociais. Disse o já saudoso Alberto da Costa e Silva que não se estuda o escravismo sem emoção, remorso e vergonha, e que, do mesmo modo, conhecer a história da exceção é importante pela transgressão da regra. O historiador suspeitava que “quanto mais perto o escravo estivesse do senhor, mais estava sujeito ao abuso, à humilhação e à crueldade.”¹⁵⁴

¹⁵³ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Círculo do livro, 1980. Cap. VI e V.

¹⁵⁴ COSTA E SILVA, Alberto da. **A África e os africanos**, p. 85.

O caso de Rosa é apenas um dos muitos que houve no Brasil escravista em que escravas tiveram suas proles com os próprios senhores. Um bom exemplo é o da união consensual de Luzia jeje com o Capitão Manoel de Oliveira Barrozo, moradores do Engenho Aratu. Ao morrer em 1814, Barrozo garantiu em testamento que Luzia e seus filhos fossem beneficiados. Adriana Reis chama atenção que o mais significativo desse caso é o seu resultado social, pois os benefícios paternos fizeram com os que os filhos de Luzia e Barroso ascendessem socialmente, se tornando donos de engenhos e proprietários de escravos.¹⁵⁵ Ou seja, é um típico caso de mobilidade social e reprodução do escravismo.

Longe de querer esgotar os exemplos, sabe-se também de outros casos, como o da escrava Antônia, que viveu em concubinato com o Capitão negreiro Jacinto Gomes, que além de ser o seu senhor foi também pai dos seus filhos, Domingos e Manoel. Esse caso foi inicialmente observado por Domingues, em *“Perseguidores da espécie humana”*.¹⁵⁶ O caso foi também estudado por Raíza Hora. Antônia e seus filhos foram beneficiados com alforria gratuita. Antônia ainda foi apresentada pelo seu companheiro com duas escravas, e por vezes gozou do status de senhora, quando das viagens do capitão. Para a autora, um dos significados dessa união foi o “auxílio mútuo, o companheirismo presente não apenas nas uniões sacralizadas pela Igreja”.¹⁵⁷

Falar sobre isso é historicizar, é recuperar a historicidade de um tempo que não é mais existe senão através de interpretação crítica de documentos. Como pontuou Bloch, o passado é um dado que não se modifica, mas o conhecimento sobre o passado é algo em progresso, transformação e aperfeiçoamento.¹⁵⁸ Não conhecemos os desdobramentos da história de Rosa e Cyprianna, mas, como a historiografia social indica, esse caso merece uma investigação mais aprofundada para localizar documentos e reconstruir suas

¹⁵⁵ REIS, Adriana Dantas, “Mulheres ‘afro-ascendentes’ na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 6-9.

¹⁵⁶ SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. **“Perseguidores da espécie humana”: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII**. Dissertação (mestrado em História), UFBA, 2011. p. 92-94.

¹⁵⁷ HORA. Raíza Cristina Canuta da. “Mãe preta, filhos mulatos, netos pardos: mulheres, uniões consensuais e mobilidade social na América Portuguesa escravista (Salvador, segunda metade do século XVIII)”. In: FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas (orgs.). **Mulheres negras em perspectiva: Identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)**. Feira de Santana e Rio de Janeiro: EDUEFS e Cantagalo, 2021, p. 133.

¹⁵⁸ BLOCH, Marc. **A Apologia da História**, p. 75.

trajetórias. Os demais exemplos mostram que a alforria batismal era uma via importante de acesso à liberdade também na Jacobina do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusões iniciais, constatamos a relevância da escravidão na demografia da Vila de Jacobina nos últimos anos do período colonial a partir dos registros de batismos da Freguesia de Santo Antônio da Jacobina Nova. Nos caminhos trilhados durante a pesquisa, vários aspectos foram se revelando, atenuando o cansaço do ofício. Aspectos que indicam a possibilidade e importância da continuidade da pesquisa.

A análise dos assentos paroquiais demonstrou que, em Jacobina de 1815 a 1821, 88% da população que foi batizada era livre e 11% composta por escravos. Essa realidade refletiu na formação étnica e racial da sociedade, predominantemente mestiça, com classificações como pardas e pretas. A escravidão em Jacobina era majoritariamente crioula, resultado da interação de diversos povos, caracterizada pela "crioulização demográfica". Observou-se que a reposição da força de trabalho escravo se dava pela reprodução natural, e a família escrava era composta por laços de consanguinidade e afinidade.

As práticas de mobilidade e sociabilidade entre escravizados revelaram graus significativos de autonomia, com interações entre escravarias e vínculos horizontais e verticais. Manumissões ocorreram frequentemente, destacando a importância dos laços sociais.

A escravidão estava disseminada por toda a freguesia, especialmente na sede, onde os batismos ocorriam na Igreja Matriz de Santo Antônio. Muitos escravos viveram em áreas que hoje correspondem a municípios vizinhos, cujas populações talvez desconheçam esse passado. Também foram analisadas algumas famílias de escravistas, cujos sobrenomes ainda persistem na cidade, sugerindo a necessidade de mais investigações.

Em suma, identificamos aspectos importantes que revelam as interações da sociedade escravista, o que demanda pesquisas adicionais e um aprofundamento do conhecimento histórico.

Fontes manuscritas e periódicos

Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina (AIMSAJ), Livro de Batismo, 1815-1818 e 1818-1828.

Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina (AIMSAJ), Livro de Casamento, 1814-1825.

Arquivo da Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina (AIMSAJ), Livro de Óbito, 1827-1828.

APEB, Seção Judiciária, Jacobina. Inventário de João Sahagem de Miranda, 03/1332/1801/04. 1828-1844.

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Bahia, col. Castro e Almeida, cx. 150, doc. 30.051-30.052. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projetoresgate/sobre-o-projeto-resgate-barao-do-rio-branco/> >.

Hemeroteca Digital, Almanak do Estado da Bahia: Administrativo, Indicador e Noticioso (BA), 1898 a 1903. Quarta Parte – Almanak do Estado da Bahia, 1899/Edição 0001. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >.

Hemeroteca Digital, Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1891 a 1940. Estado da Bahia – Estados e Municípios. Vol. III, 1930/Edição C00086. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Júlia Ribeiro. “Pardos e forros: a gente da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). In: organização GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História social em registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 87-120.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas – Bahia – Século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2012.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, 2011 [1711], p. 199. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580735/000921829_Cultura_opulencia_Brasil.pdf.

BLOCH, Marc. **A Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. p. 182. Disponível em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>.

CARVALHO, Sheyla Oliveira. **Andreza, mulata, e José, Africano: Trajetórias de escravidão e liberdade no Sertão da Bahia (Morro do Chapéu, Século XIX)**. Dissertação de mestrado. (PPGEAFIN – UNEB). Irecê, 2023.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Disponível para domínio público em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003003.pdf>.

CEZAR, Iasmim de Oliveira. **A última rota atlântica: o comércio interno de escravizados rumando os sertões da Bahia setecentista, 1759 -1798**. Mestrado em História (PPGH/UFBA), Salvador, 2020.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONCEIÇÃO, Héliida Santos. **O sertão e o império: As vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750)**. Doutorado em História (PPGH/UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Afonso. “Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora”, **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia**, Salvador, 1916.

COSTA E SILVA, Alberto da Costa e. **A África e os Africanos na história e nos mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

COSTA, Iraci Del Nero da. História e Demografia, In: **27ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**. Belo Horizonte, 1975, p. 197-203.

CRUZ, Luzia Henrique. **A freguesia de São Domingos do Prata (MG): batismo e compadrio de escravos no século XIX**. Dissertação de mestrado (PPG/USS). Vassouras, 2006.

ESPINDOLA, Elisabete Maria; PEREIRA, Viviane Tamiris. Memórias, vestígios e trajetórias que compõem a história de famílias cativas Conceição dos Ouros, Sul de Minas Gerais. In: **Anais do I Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS**. Belo Horizonte, 2012, p. 347-361.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão na fronteira meridional do Brasil (1821-1845). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011. P. 01-16.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Doutorado em História (PPGH/UFBA), Salvador, 2008.

FERREIRA, Elisangela. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. In: **Afro-Ásia**, Salvador, n. 32 (2005), p. 185-218.

FERREIRA, Jackson. **Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)**. Salvador: EDUNEB, 2018.

FERREIRA, Roberto Guedes. Trabalho, família, aliança e mobilidade social: estratégia de forros e seus descendentes. Vila de Porto Feliz, São Paulo, século XIX. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. São Paulo: ABPHE, 2003.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documentos**. Rio de Janeiro; Mauad, 2014.

FREIRE, **História Territorial do Brazil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, (1933) 1980.

GRAÇA FILHO, Afonso; LIBBY, Douglas Cole. “As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentarias em São João Del Rei, séculos XVIII e XIX”, In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (orgs.) **História Social em Registros Paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 11-38.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e Invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 33-59.

GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (orgs.). **História Social em Registros Paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Doutorado em História. UFRJ, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HORA, Raiza Cristina Canuta da. “Mãe preta, filhos mulatos, netos pardos: mulheres, uniões consensuais e mobilidade social na América Portuguesa escravista (Salvador, segunda metade do século XVIII)” In: Sheila de Castro FARIA e Adriana Dantas REIS (orgs.). **Mulheres negras em perspectiva: Identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)**, Rio de Janeiro: Editora Cantagalo, 2021, p. 119-136.

MACHADO, Cacilda. Sobre a cor dos escravos e dos pobres livres da Freguesia de São José dos Pinhais (do século XVIII para o XIX). In: ‘**Usos do Passado**’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, (2006), p. 01-08.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. O dever catequético. A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII. In: **Revista 7 Mares**, n. 2, 2013, p. 64-79.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, (1995) 2013.

MATTOSO, Kátia. **Bahia Século XIX - Uma Província no Império**. Nova Fronteira, 1992.

MOTA, Antônia da Silva. Batismos, família e escravidão no Maranhão colonial. In: **Afro-Ásia**, n. 55 (2017). p. 9-34.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2004.

MOURA FILHO, Heitor P. de. Método em demografias históricas. In: **Revista Mosaico**. N. 6. (2015), p. 29-39.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. “Os processos de habilitação sacerdotal dos homens de cor: perspectivas metodológicas para uma História Social do catolicismo na América Portuguesa”. In: organização FRAGOSO, João; Roberto GUEDES e SAMPAIO, Antônio Carlos Juca de. **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção do corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 303-328.

PAIVA, Eduardo França. “Alforrias”, In: SCHWARTZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 92-98.

PARÉS, Luís Nicolau. “O processo de criouliização no recôncavo baiano (1750-1800).” In: **Afro-Ásia, Salvador**, n. 33, 2005.

PAULA, Juliano Tiago Viana de. Compadrio e escravidão em uma freguesia sul-mineira: São Tomé das Letras (1840-1870). In: **Afro-Ásia**, n. 52 (2015). p. 177-212.

PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].

RAU, Virgínia; GARCIA, José Manuel. **Estudos sobre história econômica e social do antigo regime**. Editorial presença, 1984.

REIS, Adriana Dantas, “Mulheres ‘afro-ascendentes’ na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 01-16

REIS, Isabel. “Família escrava”, In: SCHWARTZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 225-229.

REIS, João José (org.). **Escravidão e Invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil**. Editora Brasiliense, 1988.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José Reis. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

REIS, João José. ‘Por sua liberdade me oferece uma escrava’: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. In: **Afro-Ásia**, n. 63 (2021), p. 232-290.

REIS, João José. “‘Nos achamos em campo a tratar da liberdade’: Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, In: **Revista de História**, São Paulo, v. 28, 1995/1996, p. 14-39.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. Companhia das Letras, 2019.

RUSSEL, Bertrand. **História da filosofia ocidental. Livro 2: a filosofia católica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. **Francisco Dias Coelho: o coronel negro da Chapada Diamantina**. Salvador: EDUNEB, 2017.

SANTOS, Jamille de Oliveira. **O viver na Vila de Santo Antônio Jacobina nas primeiras décadas do Império**. Monografia (Licenciatura em história). UNEB, Jacobina, 2022.

SANTOS, Sólton Natalício Araújo dos. **Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuia, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, 2011

SCHWARTZ, Stuart B. “Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves View of Slavery”, In: **Hispanic American Historical Review**, vol.57, n. 1 (1977), p. 69-81. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2513543>.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1855**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Ana. Pelos caminhos passados e futuros da Demografia Histórica. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte, v. 34, n. 3, (2017), p. 659-664.

SENA, Ariella Barros de. **Recebendo os Santos Óleos: A presença escrava nos livros de batismo em Morro do Chapéu no século XIX**. Licenciatura em História (UNEB – DCH IV). Jacobina, 2021.

SILVA JR, Carlos da. **Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)**. Mestrado em História (PPGH/UFBA), Salvador, 2011.

SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Raphael. **Diccionario de língua portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. p. 314. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na Cor da Pele, O Negro: Escravidão, Mestiçagens e Sociedade no Recife Colonial (1790-1810)**. EDUFAL, Maceió, 2018.

SLENES, Robert. **Na Senzala, Uma Flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste, século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, (1999), 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Instruído na fé, batizado em pé”: Batismo de africanos na sé da bahiana 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. In: **Afro-Ásia**, n. 39 (2010), p. 79-113.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Sacramento ao pé do mar: batismo de africanos na freguesia da da Conceção da Praia, Bahia, 1700-1751.” In: Cândido Domingues, Carlos Eugênio Líbano Soares e Carlos da Silva Jr. **Africanos na cidade da Bahia: tráfico negro, escravidão e identidade africana—século XVIII**. Cruz das Almas, EDUFRB; Belo Horizonte, Fino Traço, 2016, p. 125-150.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. **“Perseguidores da espécie humana”: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII**. Dissertação (mestrado em História), UFBA, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2019.

VASCONCELLOS, Maria Cristina de. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). In: **Afro-Ásia**, 28 (2002), p. 147-178.

VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII**. Mestrado em História. UNICAMP, 1998.

VIDE, Sebastião Monteiro de. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707**. Ed. Fac-símile, São Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1853. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1707].

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009.

Referência filmica:

DE, Jeferson (dir.). **Doutor Gama**. Brasil: Imagem Filmes, 2020. 123 min.